

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 150/2024
Data: 27/12/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE PARANAGUÁ REFORÇA A SEGURANÇA PARA CRUZEIROS	4
GOVERNO FEDERAL DIVULGA REGRAS PARA CHAMAMENTO FERROVIÁRIO	5
NOVA RESOLUÇÃO TRAZ AVANÇOS E MUDANÇAS NO SETOR NAVAL; SAIBA O QUE MUDA	6
OBRAS NO PORTO DE SUAPE SÃO APOSTAS EM CAIS DO NORDESTE	6
PORTO DE SUAPE PROJETA DOBRAR MOVIMENTAÇÃO ANUAL ATÉ 2030	7
PORTO DE SANTOS MOVIMENTA 167 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS.....	9
NAVIO TOMBA E DERRUBA CONTÊINERES NO MAR	10
STJ SUSPENDE LIMINAR E ABRE CAMINHO PARA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ASSUMIR GESTÃO DE PORTO EM SANTA CATARINA.....	11
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	12
ATIAIA RENOVÁVEIS CONSEGUE CERTIFICAÇÃO DO I-REC PARA MAIS TRÊS USINAS.....	12
DNIT INICIA OBRAS DE DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-101 QUE LIGA AL A PE.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	15
GOVERNO FEDERAL APROVA INVESTIMENTO DE R\$ 75 MILHÕES PARA REQUALIFICAÇÃO DO AEROPORTO DE CARUARU.....	15
AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA CONTARÁ COM R\$ 4 BI PARA DESENVOLVIMENTO DO SETOR AÉREO E CRIAÇÃO DE NOVAS ROTAS.....	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
OBRAS DURÁVEIS, COM RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E COMUNIDADES: SUSTENTABILIDADE AVANÇA NO SETOR DE TRANSPORTES EM 2024	17
COMO O SETOR DE TRANSPORTES AJUDOU A RECONSTRUIR O RIO GRANDE DO SUL.....	21
A PEDIDO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, MARINHA REALIZA FORÇA-TAREFA NAS BUSCAS NO LOCAL DO DESABAMENTO DA PONTE, ENTRE O MARANHÃO E TOCANTINS.....	23
BE NEWS – BRASIL EXPORT	23
EDITORIAL – A EXPANSÃO DO PORTO DE ITAPOÁ.....	23
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	24
Réveillon no Rio 1.....	24
Réveillon no Rio 2.....	24
Réveillon no Rio 3.....	24
Dívida pública 1	24
Dívida pública 2	24
Dívida pública 3	25
NACIONAL - AVIAÇÃO BRASILEIRA GANHA REFORÇO DE R\$ 4 BILHÕES EM CRÉDITO.....	25
REGIÃO NORTE - GOVERNADOR DO PARÁ É REELEITO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DA AMAZÔNIA LEGAL	26
REGIÃO NORTE - PROFUNDIDADE DO RIO TOCANTINS ATRAPALHA BUSCAS APÓS DESABAMENTO DE PONTE.....	26
REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ ADICIONA CAPACIDADE DE REFRIGERADOS COM EXPANSÃO DE TOMADAS.....	27
REGIÃO SUDESTE - AGRO DE MINAS LIDERA EXPORTAÇÕES E SUPERA A MINERAÇÃO EM 2024	28
REGIÃO SUDESTE - POLÍCIA CIVIL IDENTIFICA 16 VÍTIMAS DE GRAVE ACIDENTE NA BR-116.....	29
REGIÃO SUDESTE - MARINHA REFORÇA EFETIVO EM SP PARA OPERAÇÃO NAVEGUE SEGURO	30
INTERNACIONAL - FAB E EMBRAER ENVIAM ESPECIALISTAS AO CAZAQUISTÃO APÓS QUEDA DE AVIÃO	31
JORNAL O GLOBO – RJ	33
NA METADE DO MANDATO, LULA CUMPRIU MENOS DE UM TERÇO DA META DE LEILÕES DE RODOVIAS	33
SPACEX E AMAZON DISPUTAM CONTRATO PARA FORNECER INTERNET A BORDO DE AVIÕES DE BRITISH AIRWAYS E IBERIA	36
MEDIDA CAUTELAR IMPEDE ANTT DE SUSPENDER OPERAÇÕES DA FLIXBUS E DE SUAS PARCEIRAS.....	37
EMENDAS: EM NOVA DECISÃO, DINO DETERMINA QUE CÂMARA RESPONDA DE FORMA OBJETIVA ATÉ AS 20H.....	38
LIRA CONVOCA LÍDERES PARA REUNIÃO DE EMERGÊNCIA SOBRE BLOQUEIO DE EMENDAS POR DINO	39
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
TARCISIO REVISAR UM TERÇO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DE SP PARA OBTER ECONOMIA DE R\$ 10,3 BI	40
TRUMP VAI INTERROMPER O ‘BOOM’ DE ENERGIA LIMPA NOS EUA? INVESTIDORES ESTÃO PREOCUPADOS COM O RISCO.....	42
VALOR ECONÔMICO (SP)	45
FALTA DE INFORMAÇÃO IMPEDE AVALIAÇÃO DE ATUAL VERSÃO DO PAC.....	45
CENTRALIZAÇÃO TAMBÉM É ALVO DE CRÍTICAS	47
LIRA DIZ QUE DECISÕES SOBRE EMENDAS RESPEITARAM ACORDOS ENTRE OS TRÊS PODERES	48



PORTAL PORTOS E NAVIOS	49
PROJETO HUB SUAPE PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA É SELECIONADO PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.....	49
EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA E PERU CRESCEM NA TCP.....	50
CHINA LANÇA NAVIO PORTA-CONTÊINERES MOVIDO A HIDROGÊNIO.....	51
CONSTELLATION ESTENDE CONTRATO COM PETROBRAS PARA ATLANTIC STAR.....	51
PETROBRAS RESCINDE CONTRATO COM ENAUTA PARA VENDA DOS CAMPOS DE URUGUÁ E TAMBAÚ.....	51
ANP E APEXBRASIL FIRMAM ACORDO PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SETOR ENERGÉTICO	52
NOVA RESOLUÇÃO IMPULSIONA FMM.....	52
STJ SUSPENDE LIMINAR E PERMITE FEDERALIZAÇÃO DA GESTÃO DO PORTO DE ITAJAÍ.....	53
ARTIGO - LICITAÇÕES PETROBRAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	53
ARTIGO - 10 ANOS NO FUTURO, GARGALOS PARA IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS HOJE	55
ARTIGO - 2025: ANO DA INFRAESTRUTURA?	56
NOVO TERMINAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM CONSULTA PÚBLICA.....	58
SEAGEMS CONCLUI RECOLHIMENTO DE DUTO FLEXÍVEL PARA A PETROBRAS	58
NOVO TERMINAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM CONSULTA PÚBLICA.....	59
PATRICIA BARAN ASSUME TEMPORARIAMENTE A DIRETORIA-GERAL DA ANP	59
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO MOVIMENTA 1,4 MILHÃO DE TON ATÉ NOVEMBRO.....	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	60
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	60



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE PARANAGUÁ REFORÇA A SEGURANÇA PARA CRUZEIROS

Temporada começou na semana passada
Por ATribuna.com.br



MSC Armonia possui cerca de 275 metros de comprimento e capacidade para até 2.520 passageiros (Curitiba Drones)

O Porto de Paranaguá, no Paraná, reforçou a segurança para a segunda temporada de cruzeiros, que começou na semana passada com a chegada do MSC Armonia.

Uma das novidades desta temporada foi a mudança de local para a atracação, que passou do berço 215 para o 205. “Este ano, a atracação dos cruzeiros ocorreu em frente a um dos portões de acesso ao cais, um ambiente mais receptivo e que facilita a logística dos passageiros e da tripulação. Nós também estruturamos um sistema mais seguro de controle de acesso e monitoramento na estrutura do Complexo Mega Rocio”, explicou o diretor de Operações Portuárias, Gabriel Vieira.

O sistema reforçado de segurança citado pelo diretor foi uma demanda feita pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). Foram implementadas 20 câmeras de vigilância, onde os passageiros passam pela aduana e embarcam ou retornam ao navio.

O sistema é monitorado 24 horas pela Guarda Portuária, que, diante de qualquer atitude suspeita, aciona imediatamente outros órgãos de segurança. As imagens também são fornecidas à Receita Federal e à Polícia Federal, órgãos responsáveis pela fiscalização.

“Tratando-se de navios de passageiros, o nosso cuidado é redobrado, principalmente para barrar a introdução de drogas ilícitas a bordo, bem como de armas de fogo. Tudo isso pode causar sérios problemas a todos no navio”, afirmou o gerente da Unidade Administrativa de Segurança Portuária, Major Cesar Kamakawa.

Sobre a temporada

Ao todo, estão previstas oito atracações do MSC Armonia, sendo a próxima hoje. O navio possui cerca de 275 metros de comprimento, 29 de largura e 54 metros de altura. A capacidade máxima é para até 2.520 passageiros e 780 tripulantes.

A temporada 2024/2025 contará com a recepção de turistas em um espaço montado pela Secretaria de Estado do Turismo, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável (Adetur Litoral), na Praça Mário Roque, no Centro Histórico de Paranaguá.

O grande interesse pelo turismo no litoral do Paraná foi um dos destaques divulgados pelo último estudo da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), em parceria com a FGV. Do total de entrevistados, 87,2% dos cruzeiristas querem retornar aos destinos, o que é muito importante para o desenvolvimento do turismo na região.

Economia

A estimativa da Secretaria Municipal de Turismo de Paranaguá é que os cruzeiros gerem cerca de 2 mil empregos diretos e indiretos na cidade. Além disso, os serviços movimentam a economia das outras cidades do entorno.

“Graças a uma grande sinergia entre estado, município e Porto de Paranaguá, hoje temos uma estrutura de ponta para atender os passageiros, tripulantes e turistas em geral. É algo que tem melhorado ano após ano e que foi fundamental para que o Paraná se tornasse uma parada de cruzeiros”, afirmou a secretária de Turismo de Paranaguá, Maria Plahtyn.

Pensando em melhor atender os turistas, a Portos do Paraná ofereceu um curso de inglês gratuito para os comerciantes da Ilha do Mel. A intenção é atender ao fluxo de cruzeiristas estrangeiros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/12/2024

GOVERNO FEDERAL DIVULGA REGRAS PARA CHAMAMENTO FERROVIÁRIO

Medida visa ampliar a eficiência no uso da malha federal

Por ATribuna.com.br



No chamamento público, o governo disponibiliza trechos ferroviários para manifestação do mercado (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

O Ministério dos Transportes divulgou as regras para o procedimento administrativo de chamamento público, regulamentando a Lei Federal 14.273, conhecida como Marco Legal das Ferrovias. A medida, publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), visa ampliar a eficiência no uso da

malha ferroviária federal, atendendo diretrizes da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários.

Como é

Diferentemente do modelo de autorização, no qual o interessado propõe ao governo a construção de novas ferrovias, o chamamento público inverte a lógica: o governo identifica e disponibiliza trechos ferroviários para manifestação de interesse pelo mercado. Essa ferramenta permite atrair novos operadores para explorar ou revitalizar trechos ociosos, promovendo a melhor utilização desses ativos.

“A resolução abre espaço para novos players do setor ferroviário que estejam interessados em operar trechos ociosos da malha ferroviária federal. Neste sentido, vamos permitir novas oportunidades de utilização dos nossos ativos ferroviários, gerando emprego e renda. Sem dúvida esta é uma ferramenta institucional para identificar oportunidades de reativação de trechos hoje ociosos”, destacou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Aplicações

Conforme as novas regras, o Ministério dos Transportes será responsável pela elaboração e divulgação dos editais, além de conduzir todas as etapas do processo. O chamamento público também poderá ser aplicado a ferrovias desativadas, devolvidas ou ainda não implantadas, reforçando o compromisso com a reativação e modernização da infraestrutura ferroviária nacional.

Para mais informações, acesse o texto completo da Resolução 6.058 no Diário Oficial da União por meio do link.

<http://bit.ly/41KZLiU>

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/12/2024

NOVA RESOLUÇÃO TRAZ AVANÇOS E MUDANÇAS NO SETOR NAVAL; SAIBA O QUE MUDA

Foi publicada resolução que regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante
Por ATribuna.com.br



Resolução prevê aumento do período de amortização para reparos e docagens de embarcações no País (Alexander Ferraz/Arquivo AT)

Uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) traz avanços significativos para o setor naval, visando promover melhorias regulatórias e fortalecer a indústria. A Resolução 5.189 foi publicada no Diário Oficial da União na terça-feira e regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Entre as principais mudanças, destacam-se a retirada do valor mínimo da taxa de juros nas condições de financiamento e o aumento do período de amortização para projetos de reparos e docagens.

Além disso, a resolução também amplia o escopo de financiamentos, com a inclusão de plataformas, módulos de plataformas e desmantelamento, o que visa simplificar processos e oferecer vantagens competitivas tanto para os estaleiros nacionais quanto para todo o setor naval.

A resolução aprovada pelo CMN é resultado do trabalho conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que coordenaram um grupo de trabalho formado por representantes de entidades públicas e privadas.

Para Fernando Pimentel, coordenador-geral de fomento do MPor, a nova resolução vem coroar um ano excelente para a indústria naval, “que demonstra claros sinais de retomada, como provam os mais de R\$ 5 bilhões em contratos assinados no ano, ao melhorar as condições de acesso a fundo da marinha mercante e a sua atratividade. Já temos notícia de alguns projetos que aguardavam a aprovação da resolução para deslançar, o que deve refletir em mais um ano de contratações recorde para o setor”, disse.

O Governo Federal diz que a nova resolução reflete os esforços para reduzir os custos logísticos no Brasil, fortalecer a cadeia produtiva do setor naval e impulsionar a descarbonização do transporte nacional.

O Fundo pode financiar até 90% do valor dos projetos pleiteados, com as condições de financiamento variando conforme o percentual de conteúdo nacional e o tipo de embarcação. Informações sobre como apresentar pleitos ao Comitê de Desenvolvimento do Fundo da Marinha Mercante (CDFM) estão no site.

<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/incentivos/fmm-fundo-da-marinha-mercante>

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 26/12/2024

OBRAS NO PORTO DE SUAPE SÃO APOSTAS EM CAIS DO NORDESTE

Infraestrutura deve impulsionar negócios

Por *Bárbara Farias*

O Porto de Suape, em Pernambuco, aposta em obras estruturantes e investimentos privados para alcançar o objetivo de dobrar a movimentação de mercadorias até 2030.

“Vamos concluir as dragagens em 2025 e o Governo do Estado vai viabilizar a (Ferrovia) Transnordestina. Por sua vez, a Refinaria Abreu e Lima concluirá as obras de ampliação até 2038, dobrando a sua produção”, diz o diretor-presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot.



Com a dragagem prevista, Porto de Suape poderá receber navios de grande porte com carga máxima (Divulgação/Porto de Suape)

Ele lembra que o segundo terminal de contêineres entrará em funcionamento até 2026, o terminal de uso privado (TUP) da APM Terminals. “Isso sem falar na planta de e-metanol, já com contrato assinado; o terminal de GNL em processo de instalação, expansão da nossa tancagem, além da construção dos berços 6 e 7, um com vocação para o agro, e outro para combustíveis renováveis e cargas de projeto”,

complementa.

Guiot ressalta, ainda, que, com a dragagem, Suape poderá receber navios de grande porte com carga máxima. “Atualmente, operamos os navios Sammarx e Newpanamax (366 metros), com restrições de calado. Ao final da obra de dragagem, essas classes operarão em capacidade máxima, sem dependência de maré. Esse será um dos nossos principais diferenciais. Poderemos receber os navios 366, desde Santos, e completar a capacidade de carga aqui em Suape”.

Outra obra estruturante foi a reforma do molhe. “É fundamental para garantir a segurança das operações de granel líquido, além de deixar o porto mais resiliente frente às consequências da mudança climática. Essa é quarta e última fase da intervenção na barreira de proteção do Porto e terá custo de R\$ 123 milhões, sendo R\$ 73 milhões oriundos do Estado, e R\$ 50 milhões do Governo Federal”, afirmou Guiot.

A exemplo das três últimas fases de serviços para reforço da estrutura do molhe, está prevista a colocação de blocos de pedra no local que variam de 300 quilos a 12 toneladas. A terceira etapa da obra, finalizada recentemente, recuperou um trecho de 940 metros que vinha sendo reforçado desde 2018, com a colocação de blocos de pedras que totalizaram um volume de 78,1 metros cúbicos (m³), ao custo de cerca de R\$ 68 milhões. Já na primeira e segunda fases, foram requalificados 260 metros da estrutura, ao custo de R\$ 45,1 milhões.

ZPE

Criada por decreto federal em 2010, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Suape não está ativa. Assim, o complexo criará uma segunda ZPE. “Será importante para os empreendimentos que já começam a se instalar em Pernambuco, como a planta de e-metanol, além de desempenhar papel importante na criação de volume de exportação. Queremos trazer grandes empresas para a região, que atendam as demandas domésticas e produzam em grande escala para exportação”, diz o presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/12/2024

PORTO DE SUAPE PROJETA DOBRAR MOVIMENTAÇÃO ANUAL ATÉ 2030

Complexo Industrial Portuário, em Pernambuco, é o sexto ativo público mais movimentado do País no setor

Por Bárbara Farias

O Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, pretende dobrar a movimentação de cargas até 2030. Trata-se de um porto público estadual, modelo de eficiência logística e afastado de centros urbanos. É o sexto porto público mais movimentado do País, o segundo do Nordeste, atrás apenas do Porto do Itaqui, no Maranhão, e impulsiona a economia de todo o estado. Com vocação

natural para se tornar um hub port por sua localização estratégica, Suape está retomando rotas internacionais e tem planos de ativar a própria Zona de Processamento de Exportação (ZPE).



Suape é líder nacional em cargas de granéis líquidos e ocupa a primeira posição em contêineres no Nordeste (Divulgação/Porto de Suape)

Localizado a 41 quilômetros de distância de Recife e banhado por um estuário artificial devido à abertura dos recifes, conectando as águas doces e salgadas, Suape é líder nacional na movimentação de granéis líquidos e ocupa a primeira posição na movimentação de contêineres no Nordeste. Além disso, é o primeiro do País no transporte de cabotagem e

o maior hub de veículos do Norte e do Nordeste. O complexo também movimenta granéis sólidos e carga de projetos.

Cargas

Segundo a administração portuária, Suape movimentou, de janeiro a outubro deste ano, 20.985.821 milhões de toneladas, 5,2% a mais em relação ao mesmo período do ano passado (19,9 milhões de toneladas). A previsão é de que a movimentação total do ano seja 5% superior à de 2023 (23.982.296 milhões de toneladas), perfazendo 25,2 milhões de toneladas.

Em entrevista para A Tribuna, o diretor-presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot, explicou a importância do complexo no Nordeste. “Somos um corredor natural para os estados da região. Com posição privilegiada, Suape encontra-se num raio de 800 quilômetros de sete entre as nove capitais nordestinas — Recife (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Aracaju (SE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA)”, diz ele, acrescentando a abrangência de 12 aeroportos, sendo cinco com rotas para o exterior, dez portos internacionais e um universo de 55,4 milhões de habitantes. “Em sua área de influência, concentram-se 90% do PIB (Produto Interno Bruto) do Nordeste, de aproximadamente R\$ 1 trilhão”.

Guiot disse que no mês passado, Suape retomou as rotas internacionais. “A linha de longo curso ligando Singapura aos portos nordestinos contempla portos chineses, da Coreia do Sul e do Caribe”.

Posição

O Porto de Suape mantém a posição de sexto porto público mais movimentado do Brasil desde o ano passado, de acordo com o anuário divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O anuário de 2024 será divulgado na segunda quinzena de janeiro de 2025.

Local tem vocação natural para hub port

O diretor-presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot afirma que o local tem “vocação natural” para se tornar um porto concentrador de cargas e de linhas de navegação, ou seja, um hub port. “Devido à sua localização estratégica para o Nordeste. Já desempenhamos esse papel na movimentação derivados de petróleo e veículos. Do nosso complexo, sai toda a produção nacional de resina PET”.

O diretor-presidente estima a consolidação do hub port no médio prazo. “Com a dragagem concluída no canal externo e com o início previsto para as próximas semanas no canal interno e na bacia de evolução (conclusão em seis meses), além do segundo terminal de contêineres se instalando, da APM Terminals, vamos nos consolidar nesse segmento”.

Ele acredita que Suape será inserido na rota do agronegócio e da movimentação de minérios. “Para esses dois casos, faz-se necessária a conclusão da Ferrovia Transnordestina, fundamental para Suape, para Pernambuco e para o Nordeste”, acrescentou.

PORTO DE SANTOS MOVIMENTA 167 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS

Trata-se do total acumulado em 2024, até novembro
Por ATribuna.com.br



No mês passado, foram registrados 464,7 mil TEU no Porto de Santos, 13,5% a mais do que em 2023 (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

O Porto de Santos registrou, entre janeiro e novembro de 2024, mais de 167,1 milhões de toneladas movimentadas, um crescimento de 6% em relação ao mesmo período de 2023. Os embarques totalizaram 122,9 milhões de toneladas, aumento de 3,8%, enquanto as descargas atingiram 44,1 milhões de toneladas, alta de 12,5%.

“O desempenho reflete o fortalecimento da infraestrutura, o aprimoramento da eficiência operacional e a confiança de exportadores e importadores. Esse resultado nos coloca mais próximos de um recorde anual”, afirma, em nota, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

Mesmo com o resultado positivo no acumulado do ano, a movimentação total de cargas no mês de novembro caiu, foram 14,2 milhões de toneladas, redução de 10% frente ao mesmo mês do ano passado. “Por conta, principalmente, da redução nos embarques de milho e soja em grãos”, diz a APS.

Contêineres

Quando separado o segmento de contêineres, porém, a movimentação alcançou níveis inéditos. No mês de novembro, foram registrados 464,7 mil TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), 13,5% a mais do que no mesmo mês de 2023, representando o melhor desempenho já registrado novembro. No acumulado do ano, o volume chegou a 5,01 milhões de TEU, um crescimento de 15,2%, recorde histórico.

Setores em evidência

Os produtos do agronegócio tiveram papel central no desempenho do Porto. As maiores participações por volume de carga ficaram com soja em grãos, 27,8 milhões de toneladas movimentadas, açúcar, 25,5 milhões de toneladas. e milho, com 14,1 milhões de toneladas.

Com as 25,5 milhões de toneladas, o açúcar registrou alta de 27,6%. Já o café em grãos teve crescimento de 50,3%, com 2,3 milhões de toneladas. As carnes subiram 35,4%, com 2,4 milhões de toneladas, e a celulose, 10,6%, foram 7,39 milhões de toneladas.

Granéis

No segmento de granéis sólidos, houve leve redução de 0,7% no volume total (85,6 milhões de toneladas), Já os granéis líquidos, registraram 18 milhões de toneladas, crescimento de 1,9%, com destaque para a alta de gasolina (+49,3%) e óleo diesel (+4,6%). A carga geral solta somou 8,7 milhões de toneladas, crescendo 9,4%, com a celulose representando 7,5% do total.

Entre janeiro e novembro de 2024, o Porto de Santos recebeu 5.110 embarcações, aumento de 3,3% em relação a 2023.

Trocas comerciais

A participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira cresceu, passando de 28,5% para 29,0% no período. O volume movimentado chegou a US\$ 161,6 milhões.

A China segue como principal país parceiro comercial, representando 27,3% das transações nacionais realizadas no ano através do cais santista.

São Sebastião registra recorde

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, registrou um novo recorde. Dados da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) mostram que foram movimentadas mais de 1,4 milhão de toneladas de janeiro a novembro de 2024, superando o recorde histórico do ano de 2023, que registrou, de janeiro a dezembro, 1 milhão de toneladas.

Entre as principais cargas transportadas estão açúcar, barrilha (matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens) e o coque de petróleo, que seguem principalmente para países europeus. Neste ano, São Sebastião também voltou a ser ponto de embarque de café para exportação, depois de 60 anos sem movimentação dessa carga - simbólica para o estado de São Paulo e o Brasil.

“Esse desenvolvimento decorre de uma série de melhorias implantadas na operação e nas condições do porto, que têm garantido mais agilidade para o transporte internacional de cargas”, afirma a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), responsável pela CDSS, em nota.

Está em andamento ainda o processo de construção de novos pátios para os caminhoneiros e o aumento da capacidade do porto com a construção de novos berços de atracação de navios. “Esse resultado reflete o desenvolvimento contínuo e crescente do Porto de São Sebastião. Estamos atraindo cada vez mais cargas e navios”, diz o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio.

Estrada

A nova Rodovia dos Tamoios, principal acesso ao Litoral Norte, e a inauguração do Contorno Sul, neste mês, garantem mais agilidade para o transporte das cargas, tornando o Porto de São Sebastião uma alternativa mais atraente para os operadores, afirma a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS).

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 24/12/2024

NAVIO TOMBA E DERRUBA CONTÊINERES NO MAR

Caso ocorreu na manhã desta segunda-feira no Porto de Istambul, na Turquia; um desequilíbrio da carga teria sido a causa

Por ATribuna.com.br



Houve correria entre trabalhadores em terra e desespero da tripulação do navio: cinco pularam na água (Reprodução)

Um navio cargueiro tombou na manhã desta segunda-feira (23) enquanto descarregava em um terminal do Porto de Istambul, na Turquia. Dezenas de contêineres caíram no mar. Uma gravação em

vídeo do complexo portuário mostra o momento em que o porta-contêineres Anmah vira e as caixas metálicas começam a cair.

Houve correria entre trabalhadores em terra e desespero da tripulação do navio. Dez dos 15 tripulantes foram resgatados por equipes de socorro. Cinco pularam na água e conseguiram sair sozinhos.

Um precisou ser levado ao hospital com ferimentos leves, segundo divulgaram autoridades locais. Alguns contêineres que caíram na água afundaram. Segundo autoridades do Porto de Istambul, um desequilíbrio da carga teria causado o tombamento.

De acordo com o portal g1, a imagem do momento em que o navio tomba foi compartilhada pela Diretoria Geral de Assuntos Marítimos da Turquia.

A agência de notícias Reuters conseguiu confirmar a localização do vídeo a partir do layout do porto, estruturas próximas e visuais do mesmo incidente. A data foi verificada pelo carimbo de data/hora no vídeo e declarações de autoridades.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/12/2024

STJ SUSPENDE LIMINAR E ABRE CAMINHO PARA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ASSUMIR GESTÃO DE PORTO EM SANTA CATARINA

Ministro Antônio Herman Benjamin atendeu a pedido da União, que solicitou a suspensão dos efeitos da medida cautelar

Por ATribuna.com.br



Decisão permite que a Autoridade Portuária de Santos (APS) assumira a gestão do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (Luciano Sens/Porto de Itajaí)

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, suspendeu uma liminar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que impedia que a Autoridade Portuária de Santos (APS) assumisse a gestão do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Benjamin deferiu um pedido da União sobre a suspensão dos efeitos da medida cautelar concedida pela desembargadora Ana Cristina Ferro Blasi, para evitar o encerramento do Convênio de Delegação 08/97 do Porto de Itajaí à Prefeitura local. Isso impedia que a APS cumprisse uma determinação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), para assumir a gestão do porto catarinense.

A iniciativa de prorrogar a delegação por mais 12 meses e impedir a gestão do Porto de Itajaí pela APS partiu da Associação Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu, contrária à federalização e transferência da gestão do porto para o Governo Federal. A entidade argumentou que não pode haver a retomada pela União sem que, antes, seja elaborado plano de transição apto a garantir a continuidade das operações portuárias e os investimentos realizados na área.

A associação teve a liminar negada em primeiro grau, mas entrou com agravo de instrumento junto à Justiça Federal. A desembargadora, ao conceder a medida cautelar, ressaltou o argumento de que a ausência de prova da adoção de métodos e processos gerenciais para a transição de gestão portuária implicará malferimento ao princípio da proteção da confiança. A magistrada destacou, ainda, as trocas de ofícios entre a Prefeitura de Itajaí e o MPor no sentido de pleitear a prorrogação da delegação, que já havia sido prorrogada anteriormente e vence em 1º de janeiro de 2025.

O ministro Herman Benjamin, ao decidir pela suspensão da cautelar, inicialmente lembrou que a solução do mérito, ou seja, o direito de Itajaí continuar na gestão do porto, “deverá ser enfrentada nas vias processuais adequadas”. E ressaltou: “Não cabe a este juízo, dessa forma, analisar sob o enfoque estritamente jurídico, se a liminar concedida no agravo de instrumento deve ser revogada ou mantida”.

O ministro destacou dois fatos: “O primeiro, de que o ente municipal, presumivelmente o maior interessado na prorrogação do convênio, não tenha judicializado por sua própria iniciativa a questão, com a antecedência recomendável”.

O segundo, “conforme demonstrado pela União, trata-se de situação de conhecimento público,... a crise na gestão do Porto de Itajaí, notadamente nos dois últimos anos (2023 e 2024) – coincidentemente o período de prorrogação do convênio.”

E mais: “Nesse contexto, causa algum grau de estranheza que, em matéria de tamanha complexidade, não apenas tenha o juízo local deixado de ouvir previamente a União (parte adversa), como ainda tenha proferido decisão impondo obrigação de não fazer com nítida incursão na discricionariedade administrativa, decisão essa que, no mínimo, abre espaço para a polêmica entre os limites, nem sempre claros, entre o livre exercício da função jurisdicional e a invasão de poderes”, afirmou o ministro.

Benjamin alertou, ainda, que a corte regional não teria “demonstrado haver considerado suas consequências práticas, amparando-se, ao que se infere, exclusivamente na análise de valores jurídicos abstratos”.

E deixou clara sua preocupação com possíveis danos, principalmente em decorrência da “paralisação dos serviços por dificuldade de arrendamento para empresas que atuam nesse segmento, paralisação na dragagem do Porto de Itajaí, entre outros, que indicam que a prorrogação forçada, via judicial, do Convênio de Delegação, é que pode causar lesão à ordem e economia públicas”.

O Governo Federal lembrou que, ao longo da delegação à Prefeitura, custeou realinhamento dos berços 3 e 4 do Porto de Itajaí; alertou os gestores sobre a ausência de estrutura para movimentar graneis sólidos e líquidos, e também para a crise de relacionamento com arrendatário, afetando a movimentação de contêineres e as relações trabalhistas.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, questionado a respeito, tem se manifestado no sentido de querer ajudar o Porto de Itajaí e atender ao MPor, “que vê todos os portos como parte do complexo portuário brasileiro, sendo que todos devem crescer, ajudar a corrente comercial do Brasil e o desenvolvimento do País com o escoamento eficiente das exportações e recebimento seguro das importações”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/12/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

ATIAIA RENOVÁVEIS CONSEGUE CERTIFICAÇÃO DO I-REC PARA MAIS TRÊS USINAS

Entre os três novos projetos da Atiaia certificados, estão as usinas de geração solar Maravilhas I e II em Goiana (PE)

Por **Ângela Fernanda Belfort** - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

A Atiaia Renováveis – empresa de geração e comercialização de energia do Grupo Cornélio Brennand – conquistou mais dois passos importantes na área de sustentabilidade. Conseguiu a certificação internacional de energia renovável I-REC combinada com o selo REC Brazil para mais três usinas: as de geração solar fotovoltaica Maravilhas I e II, em Goiana (PE); e a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Areado, no Mato Grosso do Sul. O conglomerado também conseguiu a certificação de lixo zero para X das suas PCHs.



Localizada em Goiana (PE), as usinas solares Maravilhas I e II receberam a certificação I-REC que classifica as empresas sustentáveis. Foto: Atiaia Renováveis/Divulgação

energia é produzida de forma limpa dentro de práticas sustentáveis, levando em consideração o social, o meio ambiente e a governança.

Cada I-REC atesta que 1 megawatt-hora (MWh) de energia foi gerado exclusivamente a partir de fontes renováveis, atestando o compromisso de quem está gerando a energia com a responsabilidade ambiental. “O I-REC comprova que a energia comercializada é limpa. Quando uma empresa compra uma energia no sistema como um todo, às vezes, não consegue identificar de onde vem”, resume a gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da Atiaia Energia, Lígia Guedes.

Segundo ela, está ocorrendo um aumento significativo de empresas interessadas em comprar a energia certificada para cumprir as metas de descarbonização. Além das três unidades citadas acima, também têm o I-REC as PCHs Porto das Pedras e Bandeirante, em Mato Grosso do Sul, que tiveram a certificação renovada, e as Garganta da Jararaca e Paranatinga II, no Estado de Mato Grosso.

Com o acréscimo dos três projetos, a empresa estendeu o I-REC para 54% de seu parque em operação nos estados de Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, totalizando 187,33 MW de potência instalada e 899.000 MWh/ano de geração anual.

A preparação para a certificação começou em 2018 e foi fruto de várias iniciativas adotadas em diversas áreas, incluindo desde ações de erradicação da pobreza – contratando mão de obra local –, iniciativas que visem o bem estar dos colaboradores, como capacitação, plano de saúde; até práticas como a recuperação de nascentes com cercamento e recuperação florestal.

“É motivo de muito orgulho a expansão da certificação para sete usinas. Este importante avanço reflete o nosso compromisso com um modelo de operação sustentável e um futuro mais limpo, que vai além da geração de energia renovável, englobando ações em prol do desenvolvimento socioambiental”, explica Lígia Guedes.

O selo REC Brazil é uma iniciativa conjunta da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel), com apoio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) e da Associação Brasileira de Biogás e de Biometano (ABiogás).

Lixo zero nas PCHs da Atiaia

A Atiaia Renováveis também conseguiu a Certificação Lixo Zero para 100% de suas PCHs em operação nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, além de estender o selo ao seu escritório instalado em Cuiabá. O selo é concedido pelo Instituto Lixo Zero Brasil e validado pela Zero Waste International Alliance.

O gerenciamento dos resíduos passou a fazer parte da operação destas empresas. “Quase 100% dos nossos resíduos ou são reprocessados ou reciclados. Não levamos nenhum resíduo para aterro sanitário”, comenta Lígia. E acrescenta: “É um trabalho também de conscientização, porque não se faz nada sozinho. Quem está na ponta entendeu a vantagem deste processo”, comenta.

Para obter a Certificação Lixo Zero, a Atiaia Renováveis implementou uma série de ações, como a eliminação de itens de uso único, a criação de leiras de compostagem, a separação de resíduos em bags, a distribuição de sacolas retornáveis para colaboradores e a instalação de secadores de mãos e a instalação de coletores para separação correta dos resíduos sólidos.

Lígia cita também que foram várias capacitações sobre o tema nos últimos dois anos e meio. "As empresas têm que ter responsabilidade ambiental, tentando inovar sempre. Os consumidores estão mais conscientes e vão dar preferência às companhias que são mais sustentáveis", conclui Lígia.

***Com informações da Atiaia Renováveis**

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/12/2024

DNIT INICIA OBRAS DE DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-101 QUE LIGA AL A PE

Segundo Ministério dos Transportes, obra em trecho da BR-101 terá R\$ 200 milhões de investimentos do Governo Federal

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Após 20 anos parada, trecho remanescente da BR -101 em Alagoas será duplicado, no município de Joaquim Gomes. Foto: Ministério dos Transportes

Com investimento previsto de R\$ 200 milhões, o Ministério dos Transportes anunciou o início das obras de duplicação de um trecho remanescente da rodovia BR-101, no município de Joaquim Gomes. Importante via de ligação com Pernambuco, a rodovia aguardava a conclusão da duplicação há pelo menos 20 anos e decorre após

um acordo firmado com comunidades tradicionais de povos indígenas que põe fim ao impasse da obra em terras indígenas. As obras serão realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Representando o ministro Renan Filho, o subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, esteve em Alagoas na segunda-feira (23) para autorizar o início das obras e uma série de intervenções remanescentes durante visita à Joaquim Gomes.

Um dos trechos da BR-101 que começa a ser duplicado fica próximo à divisa de Alagoas e Pernambuco e irá do município de Joaquim Gomes, na área da reserva indígena Wassu Cocal, até o km 30,5 da rodovia. Esta obra inclui a duplicação da pista existente, além da construção de duas novas pontes e passarelas. O investimento total para este trecho projeto é de aproximadamente R\$ 109,9 milhões. O prazo para conclusão é de 18 meses após o início das obras, com um prazo de seis meses para a elaboração dos projetos de engenharia.

Já a segunda obra refere-se à duplicação do Lote 6 da rodovia, abrangendo os municípios de Teotônio Vilela, Junqueiro e São Sebastião. Para este segmento está prevista a duplicação de cerca de 14 quilômetros de rodovia. O investimento é de R\$ 97.670.920,83, também financiado pelo PAC. Com investimento aproximado de R\$ 97,6 milhões, o projeto terá um prazo de execução de 18 meses, sendo seis meses para a elaboração do projeto.

Além das obras de mobilidade, serão executadas ações de fortalecimento da infraestrutura educacional, de saúde e familiar, destinação de veículos para cada comunidade como tratores, caminhonetes, motocicletas, ônibus escolares e transportes exclusivos para assistência médica, construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas, quadras esportivas e campos de futebol. Essas compensações foram estabelecidas pelo Planos Básicos Ambientais Indígenas (PBAI).

Durante a agenda desta segunda, o subsecretário também realizou a entrega de veículos para atividades agrícolas e assistência médica e escolar do município e cidades vizinhas. O evento aconteceu na Escola Indígena José Máximo de Oliveira, na área indígena Wassu Cocal, no município de Joaquim Gomes.

Acordo com indígenas destravou duplicação da BR-101

A duplicação se tornou possível graças a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) histórico do Governo Federal com representantes de comunidades indígenas que vivem na região. “Esta duplicação nasce do compromisso do Ministério dos Transportes, do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e sobretudo da gestão do ministro Renan Filho. O ministro Renan nos deu uma determinação: onde houver conflito, construa o diálogo. A partir do diálogo garanta direitos e firme compromissos, e a partir dos compromissos estabeleça parcerias que garantam resultados”, afirmou Cloves Benevides durante a cerimônia.

O subsecretário lembrou que “o que há dois anos era um conflito ou uma dúvida, se transformou num diálogo e a partir disso na produção de resultados” importantes para infraestrutura de transportes e para os direitos dos povos indígenas. “O resultado da duplicação é necessário. Muitas vidas se perderam, inclusive vidas aqui da comunidade indígena”.

Em 2023, quando participou da assinatura do TAC, o Renan Filho reforçou que o Ministério dos Transportes está comprometido em seguir a orientação do presidente Lula de pensar o desenvolvimento da infraestrutura nacional conjugado ao cuidado ambiental e com respeito às necessidades das comunidades originárias.

Nos últimos anos, foram registradas mais de 150 mortes na BR-101/AL, na região de Joaquim Gomes. A maioria das vítimas eram indígenas da aldeia Karapotó Terra Nova, entre eles está Antonio José Filho, o cacique Antonio Isidorio, que faleceu aos 66 anos. Ele foi um dos indígenas que iniciou as discussões sobre o TAC, assinado em 2023, na atual gestão.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 26/12/2024

Terminal do agreste pernambucano ganhará novo terminal de passageiros, ampliação da pista de aeronaves e modernização de serviços



Aeroporto do agreste vai receber investimentos do Governo Federal e Estadual - Foto: Elvis Edson/Prefeitura de Caruaru

A segunda etapa de modernização do aeroporto de Caruaru, em Pernambuco, está garantida pelo Governo Federal. Por meio do Ministério de Portos e Aeroporto (MPor), o principal terminal do agreste do estado receberá R\$ 75 milhões do Governo Federal, de um total de R\$ 150 milhões, para obras de ampliação e requalificação, que vão garantir mais conforto e novas opções de voos aos turistas da

cidade e de outros 26 municípios próximos. Incluída no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as intervenções serão iniciadas nos próximos e serão concluídas em até 24 meses.

Para Costa Filho, “a aplicação de investimentos em aeroportos regionais evidencia o compromisso do Governo Federal em melhorar a infraestrutura aeroportuária brasileira, de modo a democratizar o transporte aéreo, tendo em vista que o modal tem um papel crucial na conectividade e integração regional, facilitando o acesso a diferentes partes do país e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social”, destacou.

O aporte para fazer o aeroporto decolar e receber novas operações aéreas nos próximos meses será destinado de forma igualitária pelo Governo Federal e do Estado de Pernambuco. Após requalificação, o terminal vai expandir a conectividade para atender novas regiões pelo país, com foco no aumento do turismo e na promoção de novas oportunidades de trabalho para os moradores. “Na hora que a aviação cresce, na hora que temos novos aeroportos, nós estamos falando na criação de emprego e renda. A cada quatro turistas que vem visitar a cidade é um emprego que é gerado”, ressaltou Costa Filho.

O Governo de Pernambuco contratou o projeto executivo para realização do empreendimento, que deve ser finalizado e apresentado por completo até o final de janeiro. Passada essa etapa, a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, aprova o projeto e autoriza a licitação no mesmo mês. “É o Governo do presidente Lula gerando mais e renda para os pernambucanos. Caruaru será um grande hub de serviços para o Nordeste ao final desta intervenção”, garantiu o titular do MPor.

Dentre as obras previstas estão a construção de um novo terminal de passageiros com 6 mil m² e a ampliação da pista de pouso e decolagem do aeroporto, que será ampliada de 1.800 para 2.250 metros. Para garantir maior segurança nas operações aéreas, os investimentos serão utilizados para implementação de novas pistas de taxiamento de aeronaves e a construção de um novo pátio para os aviões que vão garantir os voos dos passageiros.

Investimento na aviação regional

Com foco na integração entre modais e na democratização do setor aéreo, o Ministério de Portos e Aeroportos tem focado suas ações na requalificação de aeroportos regionais pelo país. Parte dos investimentos para modernização e melhoria do serviço tem sido garantido pelo Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). Parte do valor aprovado para o terminal de Caruaru saíra do fundo, que será utilizado para ampliar o modal pelo país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/12/2024

AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA CONTARÁ COM R\$ 4 BI PARA DESENVOLVIMENTO DO SETOR AÉREO E CRIAÇÃO DE NOVAS ROTAS

Aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula, Fnac destinará recurso com foco na ampliação de serviços aos passageiros



- Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Após obter bons resultados ao longo deste ano, a aviação civil brasileira tem bilhões de motivos para almejar um 2025 ainda melhor. O Governo Federal publicou, no Diário Oficial da União desta semana, o apoio orçamentário de R\$ 4 bilhões ao modal de transporte aéreo, por meio de financiamento às companhias brasileiras. O objetivo dessa linha de crédito é estimular e fortalecer o setor, através da concessão de recurso reembolsável, que será

destinado via Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac).

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, lembra que, além de trazer novas oportunidades de mercado para os profissionais da aviação, o financiamento ajudará no

desenvolvimento do setor e na ampliação de voos pelo país, especialmente nos aeroportos regionais. “Nos próximos anos, teremos um setor aéreo mais forte e acessível à sociedade. Os recursos garantirão o aumento da frota de aeronaves e a expansão da oferta de operações aéreas, promovendo maior conectividade e mais opções de rotas para nossos turistas”, destacou.

Os recursos destinados pelo Fnac, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), garantirão crédito às companhias aéreas com condições de pagamento mais favoráveis, como taxas de juros mais baixas e prazos mais longos para quitação. O detalhamento da linha de crédito será apresentado pelo Comitê Gestor do Fundo Nacional de Aviação Civil (CG-Fnac). Criado recentemente, o comitê é composto por representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, da Casa Civil e do Ministério da Fazenda.

Modernização Aeroportuária

Vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o Fundo Nacional de Aviação Civil foi criado em 2011 para aplicação de recursos prioritários no aprimoramento e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e do sistema de aviação civil brasileiro, além de apoiar as políticas públicas voltadas ao setor aéreo. O fundo tem como principal fonte de recursos as outorgas pagas pelas concessionárias de aeroportos. Atualmente, o saldo do fundo é superior a R\$ 8,1 bilhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/12/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

OBRAS DURÁVEIS, COM RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E COMUNIDADES: SUSTENTABILIDADE AVANÇA NO SETOR DE TRANSPORTES EM 2024

Ministério dos Transportes adotou políticas inovadoras voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente às mudanças climáticas. Diálogo com populações foi intensificado

Em 2024, o Ministério dos Transportes buscou cada vez mais a estruturação de programas, ações e práticas resilientes no contexto da organização da infraestrutura do transporte brasileiro. Entre as ações estratégicas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa estão a melhoria da qualidade da malha rodoviária, o fortalecimento do modal ferroviário e o estímulo ao uso de biocombustíveis, especialmente por veículos de carga.



Na avaliação do subsecretário de Sustentabilidade da pasta, Cloves Benevides, as políticas públicas do setor precisam considerar as pautas da adaptação do clima, da defesa dos biomas e da biodiversidade. Proteger os biomas e respeitar as pessoas é parte do processo, porque a própria ação inadequada pode gerar custos futuros, como os que vivemos agora da adaptação da infraestrutura, de perdas e danos por eventos climáticos recorrentes, o que impõe desafios aos contratos e às políticas públicas”,

destacou Benevides.

Mais recursos para infraestrutura sustentável

Uma das medidas mais significativas de 2024 foi a edição, pelo Ministério dos Transportes, da Portaria Nº 622/2024. A norma determina a alocação de, no mínimo, 1% da receita bruta de contratos de concessões rodoviárias federais para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável, mais resistente a mudanças climáticas. Assim, os novos projetos devem incluir alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos, conservação da fauna e flora, incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis.

O documento orientou a inclusão de critérios de sustentabilidade em outra norma editada pela pasta, a Portaria nº 689/2024, que trata da emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura. A iniciativa exige que os projetos de investimentos necessários para a emissão de debêntures prevejam mecanismos de redução de gases causadores do aquecimento global, transição para energias mais limpas e melhoria da infraestrutura para enfrentar as mudanças climáticas. Além disso, busca sustentabilidade social, com previsão de sistemas de gestão para mitigar os impactos em comunidades afetadas.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, ressalta que a portaria corrige o que não estava funcionando no passado e cria dispositivos de sustentabilidade e transparência. “Estamos falando de previsibilidade para investidores, as novas regras simplificam todo o processo. Acredito que o mercado de debêntures tem um grande espaço para crescer nos próximos anos”, avalia.

Dentro dos critérios de sustentabilidade, as debêntures de infraestrutura têm potencial para atrair capital estrangeiro: de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), investimentos em infraestruturas verdes conseguem gerar, até 2030, cerca de 4,1 bilhões de dólares em benefícios líquidos para os países que o fizerem. As debêntures de infraestrutura, atreladas a critérios de sustentabilidade, podem contribuir para a ampliação das opções de financiamento do setor e para a geração de benefícios econômicos e sociais relevantes.

Taxonomia Sustentável

Outra iniciativa que visa direcionar recursos para uma nova economia verde é a Taxonomia Sustentável Brasileira. O objetivo desse instrumento é identificar atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, ajudando investidores, empresas e governos a direcionar investimentos para projetos resilientes. Coordenado pelo Ministério da Fazenda, a construção desse documento conta com a participação do Ministério dos Transportes. As propostas preliminares estão disponíveis para a primeira fase da consulta pública no link até o dia 31 de janeiro de 2025. A segunda etapa da consulta será realizada entre 1 de fevereiro e 31 de março de 2025.



RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS DAS PORTARIAS 622/2024 E 689/2024

- 1% da receita bruta de concessões rodoviárias para em infraestrutura sustentável
- Transição para energias mais limpas
- Adoção de mecanismos de redução de gases poluentes
- Elaboração de sistemas para diminuir impactos em comunidades afetadas

TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS
Avanços do Ministério dos Transportes para a redução das emissões de gases do efeito estufa

- Free Flow:** menos emissão de gás carbônico, mais justiça tarifária
- Hidrogênio de baixa emissão de carbono:** incentivo à adoção, infraestrutura para produção, armazenamento e distribuição de combustíveis limpos
- Teste operacional de caminhões elétricos:** incentivo e pesquisa para viabilizar transporte de cargas com zero emissão de gás carbônico

Diálogo com as comunidades

Em 2024, o Ministério dos Transportes concluiu e divulgou o relatório de avaliação socioambiental e de viabilidade para a conclusão do Trecho do Meio da BR-319, que consolida as discussões do grupo de trabalho (GT) formado para avaliar as possibilidades de modernização da rodovia. Criado

em novembro de 2023, o GT teve como premissa para condução dos trabalhos a participação social e, assim, de forma inédita, buscou diálogo com representantes da sociedade civil, academia, organizações não governamentais, iniciativa privada e associações representativas das comunidades diretamente impactadas pela obra, incluindo indígenas e quilombolas que vivem na região.

Como resultado desse amplo debate, o relatório aponta ações sustentáveis a serem adotadas para proteção do bioma nas áreas lindeiras à estrada federal. Destacam-se cercamento em áreas de floresta, passagem de fauna subterrânea e aérea, inovações tecnológicas de monitoramento e controle de passagens, criação de unidades de conservação e estabelecimento de portais de fiscalização. A proposta é que esses portais sejam operados pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Assinatura de OS trecho BR-101/AL - Foto: Felipe Brasil/Especial MT

Outro avanço importante foi a autorização para as obras de duplicação da rodovia BR-101/AL – resultado direto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com os povos indígenas da região em agosto de 2023 (foto acima) . As intervenções vão beneficiar as comunidades tradicionais dos povos Wassu-Cocal, Karapotó, Karapotó Plak-ô e Kariri-Xocó.

"Quando cheguei ao Ministério dos Transportes ampliei o diálogo, ouvi o Ministério Público, ouvi as comunidades, e encontramos uma saída. Hoje estamos aqui autorizando a obra e garantindo as compensações das comunidades indígenas que também têm direito de avançar", explicou o ministro dos Transportes, Renan Filho. Os povos indígenas terão acesso a unidade de saúde, ambulância, equipamento para escoar a produção e compensação territorial para adquirir áreas adicionais. "Tudo isso foi um grande avanço: foi o primeiro TAC da história do Ministério dos Transportes com uma comunidade indígena", ressaltou o ministro.

Tecnologias verdes

Ao longo do ano, o ministério avançou em políticas que incentivam inovações tecnológicas de mitigação do impacto ambiental e promoção da sustentabilidade. Exemplo disso é a adoção do sistema de livre passagem (free flow), também chamado de pedágio eletrônico.

Aprovada em 2024 pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a tecnologia traz como benefício a redução no consumo de combustível e emissões de gases poluentes, pois os veículos podem passar direto pela rodovia, sem precisar frear ou parar nas tradicionais filas de pedágio. Além disso, possibilita justiça tarifária ao permitir que as concessionárias façam a cobrança por quilometragem.

Lançada pelo Governo Federal neste ano, a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei Federal nº 14.990/2024) é outra iniciativa que contribui com a transição energética ao estabelecer diretrizes para a produção, transporte e uso do hidrogênio verde. O Ministério dos Transportes integra o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e atua para desenvolver incentivos à adoção de combustíveis limpos, implementação de infraestrutura para produção, armazenamento e distribuição, bem como incentivos para a pesquisa em veículos movidos a hidrogênio.

A Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) também contribuiu para incentivar tecnologias mais sustentáveis: em 2024, deu início à fase de teste em campo em estudo voltado à regulamentação de caminhões elétricos de grande porte para percursos em rodovias e em longa distância. Entre os pontos em análise estão os impactos às rodovias e possíveis ajustes nas regulamentações, principalmente no volume de cargas permitido (as baterias elétricas podem pesar até duas toneladas



Senatran vai analisar o impacto na segurança viária com as adaptações feitas aos caminhões - Foto: Saulo César Cruz

Análises iniciais apontam que os caminhões elétricos (foto acima) apresentam vantagens para a segurança viária, como alta eficiência energética, inexistência de ruído, baixo nível de vibração, além de zero emissão de gás carbônico. A fase de testes dos caminhões pesados elétricos deve durar de 10 meses a um ano.

Participação no G20

O Ministério dos Transportes marcou presença no G20 no debate sobre Redução de Riscos de Desastres (RRD). Realizado nos dias 30 de outubro e 1º de novembro, em Belém (PA), o encontro internacional debateu propostas para enfrentar os efeitos da crise climática e aumentar a resiliência, especialmente entre comunidades vulneráveis.

A Declaração Ministerial, aprovada no último dia do evento, destacou a importância de o G20 combater as desigualdades, investir em infraestrutura resiliente e desenvolver sistemas de alerta multiriscos que incluam comunidades locais, mulheres, jovens, povos indígenas e pessoas com deficiência. Os ministros também concordaram em aumentar o financiamento para RRD, via fortalecimento de parcerias internacionais, participação dos bancos multilaterais de desenvolvimento e colaboração público-privada nesse processo.

COP29

Em novembro, a equipe do Ministério dos Transportes, liderada pelo ministro Renan Filho e o subsecretário Cloves Benevides, participou da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), em Baku, no Azerbaijão. Trata-se da mais alta instância deliberativa no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Renan Filho detalhou a estratégia para reduzir as emissões no setor de infraestrutura: transportar 40% das cargas em ferrovias brasileiras até 2035, retirando caminhões da estrada; melhorar rodovias e estimular o uso de biocombustíveis.

“Atuamos para fortalecer o modo ferroviário para tirar caminhão de estrada e colocar carga na ferrovia. Quanto mais a gente fizer isso, maior será a redução da emissão de carbono. No plano para o desenvolvimento ferroviário, a gente deseja colocar até 40% da carga em ferrovias até 2035”, explicou o ministro. “Além disso, estamos melhorando as rodovias. Estrada com menos buraco é menos tempo de viagem, menos freada, menos desaceleração e aceleração, e isso também é menor volume de emissões”, completou.

Na agenda de descarbonização do setor, além dos testes com caminhões elétricos pesados, a pasta está trabalhando em políticas de incentivo à circulação de veículos de carga movido a Gás Natural Liquefeito (GNL), os quais podem reduzir a emissão de CO2 em até 28% em comparação com o óleo diesel. A iniciativa é considerada uma espécie de transição para outras fontes renováveis, como a biomassa ou o hidrogênio.

“O Brasil é um país continental e a logística é fundamental para o desenvolvimento do nosso país e para a redução das emissões. É isso que queremos construir: desenvolvimento sustentável, a partir do fortalecimento da floresta e da economia para gerar empregos verdes”, resumiu o ministro durante a COP29.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 27/12/2024

COMO O SETOR DE TRANSPORTES AJUDOU A RECONSTRUIR O RIO GRANDE DO SUL

Solidariedade e celeridade marcaram a atuação do Ministério dos Transportes e suas entidades vinculadas para salvar vidas e assegurar abastecimento e socorro ao povo gaúcho



Visita técnica BR-470, Ponte sobre o Rio das Antas - Foto: Marcio Ferreira/MT

As fortes chuvas que caíram sobre o Rio Grande do Sul em abril de 2024 exigiram ações rápidas e o Ministério dos Transportes respondeu de imediato. Foram assegurados R\$ 2,9 bilhões para a reconstrução do estado. Mais de 1,2 mil profissionais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), entre servidores e terceirizados, entraram em campo. Contaram com o apoio, in loco, do próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro dos Transportes, Renan Filho,

em diversas visitas ao estado, ladeados por ministros e assessores do primeiro escalão federal.

O trabalho foi árduo. Era preciso desobstruir vias completamente tomadas por terra e vegetação de deslizamento. Em outros casos, novas estradas e pontes precisaram ser abertas, pois as originais tinham desaparecido, submersas na água ou destruídas por completo, com o pavimento arrastado pelas enxurradas.

Acessos

Com maquinário pesado e pedra acima do nível da água, o Ministério dos Transportes abriu 28 caminhos assistenciais. Eles permitiram a passagem das equipes de resgate e o abastecimento de municípios isolados com insumos como remédios, comida e água potável. Dentre esses escaninhos estava o da BR-116 Norte (Scharlau e Ponte dos Sinos), fundamental para o abastecimento do norte gaúcho com combustíveis.

Ao mesmo tempo, as equipes atuaram na recuperação das rodovias. De maneira célere, 124 trechos rodoviários em 11 estradas federais que cortam o Rio Grande do Sul foram liberados à população.

Pedágio livre

Frente à calamidade gaúcha, a população brasileira se mobilizou com doações. O Ministério dos Transportes assegurou a entrega desses donativos com a priorização de passagem para caminhões carregando doações. Eles ficaram dispensados dos procedimentos de fiscalização nos Postos de Pesagem Veicular em todas as rodovias federais concedidas. Também foi garantida a gratuidade do pedágio. Medidas coordenadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia vinculada à pasta dos Transportes.

Viagens terrestres

A flexibilização do transporte rodoviário de passageiros permitiu a quem precisava sair ou chegar ao estado condições de viagem. Para a segurança e celeridade no trânsito de passageiros, a ANTT permitiu embarque e desembarque em pontos diferentes dos convencionais. Também foi mantida a frequência mínima e o cumprimento do quadro de horários para as linhas interestaduais e internacionais.

Já os motoristas tiveram interrupção por 90 dias dos prazos de serviços de trânsito ligados ao Sistema Nacional de Trânsito no Rio Grande do Sul, como pagamento de multas, licenciamento de novos veículos e renovação de CNH. Ação articulada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), e colocada em prática após validação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).









Celeridade no atendimento ao povo gaúcho




<p>02/05</p> <p>Em nota oficial, Ministério dos Transportes anuncia esforço concentrado para liberar vias obstruídas em razão das fortes chuvas no Rio Grande do Sul.</p>	<p>05/05</p> <p>Ministro Renan Filho volta ao estado com o presidente e demais ministros para reforçar as ações conjuntas e solitárias entre governos Federal, Estadual e prefeituras de municípios afetados.</p>	<p>06/05</p> <p>Em reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ministro Renan Filho anuncia que, além dos R\$ 1,7 bilhão já previstos no orçamento 2024 para o setor de Transportes no estado, o Governo Federal vai liberar mais R\$ 1 bilhão.</p>	<p>07/05</p> <p>Ministério dos Transportes desenvolve plano emergencial para reestabelecer em 48 horas o fluxo viário em rotas estratégicas para assegurar o atendimento da população e impedir o desabastecimento do estado com itens essenciais.</p>
<p>09/05</p> <p>Portaria da ANTT suspende temporariamente pagamento de pedágio para veículos de carga que transportem donativos pelas rodovias do Rio Grande do Sul.</p>	<p>10/05</p> <p>ANTT organiza novo local de embarque de passageiros na rodoviária de Osório (RS). O embarque dos passageiros em Porto Alegre será no Terminal Antônio de Carvalho.</p>	<p>14/05</p> <p>Terceira viagem do ministro Renan Filho para o RS é marcada pela retomada de trafegabilidade para veículos de pequeno porte nas vias do estado.</p>	<p>15/05</p> <p>Renan Filho liberou o tráfego na BR-153, nos trechos que permitem a conexão por via terrestre entre Cachoeira do Sul para a capital Porto Alegre e outras cidades gaúchas.</p>
<p>16/05</p> <p>Liberação total do tráfego na BR-116/RS, na região de Guaíba, garantindo maior fluidez e segurança para os motoristas após os bloqueios causados pelas chuvas.</p>	<p>17/05</p> <p>Ministério dos Transportes dá início à publicação de boletim diário sobre a recuperação de rodovias federais no Rio Grande do Sul, com DNIT, SNTR e ANTT.</p>	<p>20/05</p> <p>Conselho Nacional de Trânsito anuncia a interrupção, por 90 dias, de prazos relacionados a processos e serviços do sistema de trânsito no Rio Grande do Sul devido às fortes chuvas.</p>	<p>04/06</p> <p>Ministro assina ordem de serviço para construção da nova ponte definitiva sobre o rio Caí, em Caxias do Sul, como parte do esforço de recuperação da infraestrutura no estado.</p>
<p>22/07</p> <p>Último Boletim Diário de Recuperação de Rodovias Federais é publicado. A partir desta data, as atualizações foram feitas nos casos mudanças sensíveis do cenário de liberação de rodovias no estado.</p>	<p>23/07</p> <p>Participação no Ministro no "Brasil Rumo à COP 30", destacando o investimento reservado de R\$ 1,7 bilhão para obras no RS.</p>	 <p style="text-align: right;">BA20 LANÇADO 24</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">Fonte: SHIP/MIN. DNIT/ANTT</p>	

Ponte do Rio Caí: símbolo de resiliência

A ponte sobre o rio Caí, no Rio Grande do Sul, foi completamente destruída em razão das chuvas que assolaram o estado. No mês de maio, o ministro Renan Filho vistoriou a ponte, que teve um de seus pilares abalados, e, em junho, assinou a ordem de serviço para a reconstrução dessa estrutura. Com investimento de R\$ 31 milhões, a obra na BR-116, entre as cidades de Nova Petrópolis e Caxias do Sul, foi inaugurada em dezembro, dois meses antes do prazo previsto.

Considerado símbolo da reconstrução do Rio Grande do Sul e da resiliência do povo gaúcho, a ponte foi construída com novas tecnologias que não necessitam do pilar central e trazem mais resistência

às chuvas. A nova ponte é cerca de um metro mais alta do que a estrutura destruída; tem 180 metros de extensão e largura de 13 metros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 27/12/2024

A PEDIDO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, MARINHA REALIZA FORÇA-TAREFA NAS BUSCAS NO LOCAL DO DESABAMENTO DA PONTE, ENTRE O MARANHÃO E TOCANTINS

A operação conta com uma aeronave, três embarcações, duas motos aquáticas, seis viaturas e 29 mergulhadores, além de bombeiros, policiais e outros profissionais



Força-tarefa para buscas conta com uma aeronave, três embarcações, duas motos aquáticas, seis viaturas e 29 mergulhadores, além de bombeiros, policiais e outros profissionais - Foto: Divulgação/Marinha

A pedido do Ministério dos Transportes, a Marinha do Brasil segue nas buscas por vítimas e veículos após o desabamento da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre os estados do Maranhão e Tocantins. Na manhã desta quarta-feira (25), o trabalho foi reforçado com a participação de 29 mergulhadores profissionais. Desde as primeiras horas do dia, os profissionais estão

trabalhando em operações estratégicas.

Além dos 44 funcionários da Marinha, estão envolvidos na operação o Corpo de Bombeiros dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, as polícias Civil, Militar e Federal, assistentes sociais e representantes de outros órgãos, atuando em conjunto para dar celeridade aos trabalhos.

De acordo com o Capitão Gursky, um dos oficiais responsáveis pelas buscas, a operação não é simples, pois algumas áreas atingem até 40 metros de profundidade. No entanto, a troca de experiências e a colaboração de profissionais que conhecem a região têm sido essenciais para o avanço dos trabalhos. “Estamos contando com o esforço árduo e o conhecimento técnico de todos os envolvidos para que possamos realizar os resgates e oferecer as respostas necessárias”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 27/12/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A EXPANSÃO DO PORTO DE ITAPOÁ

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Itapoá, em Santa Catarina, mais uma vez demonstra sua vocação para o crescimento e a inovação. A conclusão da primeira fase de expansão, com a instalação de mais tomadas para contêineres refrigerados, e o início da Fase IV de investimentos, com um aporte de R\$ 500 milhões, consolidam o terminal privado como um dos mais modernos e eficientes do Brasil.

A ampliação da capacidade de armazenagem de contêineres refrigerados é fundamental para atender à crescente demanda por produtos perecíveis, pontualmente as exportações de carnes. A Região Sul é um importante polo de produção agropecuária, e a disponibilidade de infraestrutura adequada para o transporte de alimentos frescos é essencial para garantir a competitividade do setor no mercado internacional.



Os investimentos em novos equipamentos, como portêineres, RTGs, terminal tractors e um scanner de última geração, demonstram a preocupação do Porto de Itapoá em otimizar suas operações e aumentar sua eficiência. Com essa modernização, o terminal estará em condições de atender navios de maior porte e movimentar um volume ainda maior de carga, contribuindo para a redução dos custos logísticos e para o aumento da competitividade das empresas brasileiras.

A expansão do Porto de Itapoá também terá um impacto positivo na economia catarinense. A geração de empregos durante as obras e a criação de novos postos de trabalho, com a ampliação das operações do terminal, contribuirão para o desenvolvimento da região. Além disso, o aumento do fluxo de cargas pelo porto estimulará a atividade econômica local, gerando novos negócios e oportunidades para as empresas catarinenses.

Em suma, o crescimento do Porto de Itapoá é uma notícia positiva para o Brasil. Ao investir em sua infraestrutura e modernizar suas operações, o terminal contribui para o fortalecimento da logística nacional, para o aumento da competitividade das empresas brasileiras e para o desenvolvimento econômico do país. É fundamental que o setor privado continue investindo no segmento portuário, como faz o Porto de Itapoá, e o Governo apoie iniciativas como essa, que visam à modernização dos portos brasileiros e à maior integração do País ao mercado global

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RÉVEILLON NO RIO 1

A Capitania dos Portos do Rio de Janeiro autorizou seis navios de cruzeiro a fundear em frente à Praia de Copacabana, na zona sul da cidade, para acompanhar a festa de réveillon. E há a previsão de inspecionar entre 200 e 300 embarcações de menor porte, como barcos de esporte, turismo náutico e de transporte de passageiros, para que possam ancorar próximo à praia.

RÉVEILLON NO RIO 2

“Essa inspeção envolverá a verificação de documentos, de itens de segurança, do cumprimento da lotação de cada embarcação”, explica o capitão dos Portos do Rio de Janeiro, comandante Luciano Calixto. Ele complementa que, no dia 31, antes de se aproximar de Copacabana, os condutores das embarcações serão submetidos a testes de bafômetro. “O condutor receberá uma pulseira de zero álcool e a embarcação será liberada para navegar”, disse.

RÉVEILLON NO RIO 3

De acordo com a Capitania dos Portos, as balsas com os fogos de artifício ficarão mais próximas da praia, depois delas serão posicionados os rebocadores e barcos de apoio e, então, as embarcações da Marinha. Mais adiante, vão ficar os barcos menores e, mais distantes da praia, os seis navios de cruzeiros autorizados a acompanhar a festa.

DÍVIDA PÚBLICA 1

Influenciada pelo nível alto de juros, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em novembro e superou a marca de R\$ 7,2 trilhões. Segundo números divulgados nessa quinta-feira, dia 26, pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 7,073 trilhões em outubro para R\$ 7,204 trilhões no mês passado, alta de 1,85%.

DÍVIDA PÚBLICA 2

Apesar da alta em novembro, a DPF está dentro da banda prevista. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro e revisado em setembro, o estoque da DPF deve encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

DÍVIDA PÚBLICA 3

A Dívida Pública Mobiliária (em tulos) interna (DPMFi) subiu 1,71%, passando de R\$ 6,748 trilhões em outubro para R\$ 6,863 trilhões em novembro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 56,88 bilhões em tulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia). No entanto, o principal fator de variação foi a apropriação de R\$ 58,75 bilhões em juros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

NACIONAL - AVIAÇÃO BRASILEIRA GANHA REFORÇO DE R\$ 4 BILHÕES EM CRÉDITO

Medida publicada no Diário Oficial utiliza recursos do Fnac para oferecer crédito acessível às companhias aéreas

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo o Governo, o financiamento será gerido pelo BNDES e oferecerá às empresas aéreas condições como taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento ampliados (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O Governo Federal divulgou nesta semana, por meio do Diário Oficial da União, a destinação de R\$ 4 bilhões em financiamento para fortalecer o setor aéreo brasileiro. A medida utiliza recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e tem como objetivo apoiar as companhias aéreas nacionais por meio de crédito reembolsável, com condições favoráveis de pagamento.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o financiamento representa uma oportunidade de promover o desenvolvimento do setor, com foco na conectividade nacional e na expansão de voos regionais. “Nos próximos anos, teremos um setor aéreo mais fortalecido e acessível. Os recursos contribuirão para o aumento da frota de aeronaves e a expansão da oferta de rotas, beneficiando tanto turistas quanto comunidades regionais”, afirmou.

Segundo o Governo Federal, o financiamento será gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e oferecerá às empresas aéreas condições como taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento ampliados. Os detalhes serão definidos pelo recém-criado Comitê Gestor do Fnac (CG-Fnac), responsável por acompanhar a aplicação dos recursos e propor normas reguladoras ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

O decreto que oficializou a criação do CG-Fnac foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e publicado no início deste mês. O comitê terá como responsabilidade definir os limites anuais de financiamento e supervisionar sua aplicação. Representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, da Casa Civil e do Ministério da Fazenda compõem o órgão.

O Fnac, criado em 2011, é vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos e tem como objetivo financiar melhorias na infraestrutura aeroportuária e no sistema de aviação civil brasileiro. De acordo com o Governo, os recursos do fundo, oriundos principalmente das outorgas pagas pelas concessionárias de aeroportos, somam atualmente mais de R\$ 8 bilhões.

Impacto no setor

O ministro Silvio Costa Filho também destacou que o fundo permitirá que as companhias aéreas ampliem a oferta de assentos e operações, o que pode contribuir para a redução das tarifas aéreas. “De janeiro a outubro deste ano, a tarifa média caiu 5% em relação ao mesmo período do ano

passado. Com mais investimentos, esperamos continuar nesse caminho, beneficiando os passageiros e o setor como um todo”, afirmou

Além do BNDES como agente financeiro principal, o decreto permite que outros bancos, públicos ou privados, sejam habilitados para operar as linhas de crédito do Fnac, ampliando o alcance da iniciativa.

A expectativa do Governo é que o programa fortaleça o setor aéreo, aumente a conectividade no país e promova uma aviação civil mais acessível e competitiva.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO NORTE - GOVERNADOR DO PARÁ É REELEITO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DA AMAZÔNIA LEGAL

Helder Barbalho irá liderar o colegiado interestadual durante a realização da COP30, no próximo ano, em Belém

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O pleito que reelegeru Helder Barbalho foi realizado de forma virtual, com o apoio de todos os governadores dos estados da região Norte, além de Maranhão e Mato Grosso (Foto: Bruno Carachesti/Agência Pará)

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), foi reeleito por unanimidade para mais um mandato como presidente do

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Com isso, ele continuará à frente do colegiado por mais um ano, sendo este seu terceiro mandato no cargo.

A eleição, realizada de forma virtual na quinta-feira (26), contou com o apoio de todos os governadores dos estados da região Norte, além de Maranhão e Mato Grosso.

Barbalho assumirá a presidência do consórcio em um ano de grande relevância para a Amazônia Legal, com a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), marcada para novembro de 2025, na capital paraense.

Estados-membros

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é composto por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Sua principal missão é acelerar o desenvolvimento sustentável da região de forma integrada e cooperativa, com o objetivo de tornar a Amazônia Legal um exemplo global de governança, estratégia e sustentabilidade até 2030.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO NORTE - PROFUNDIDADE DO RIO TOCANTINS ATRAPALHA BUSCAS APÓS DESABAMENTO DE PONTE

Usina Hidrelétrica de Estreito chega a reduzir vazão da água para ajudar equipes. Número de vítimas fatais sobe para oito

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Na manhã de quinta-feira (26), quando as buscas foram retomadas, mais dois corpos foram encontrados, totalizando oito vítimas fatais. Nove pessoas ainda estão desaparecidas (Foto: Divulgação/MB)

A profundidade do Rio Tocantins tem sido um grande obstáculo para as equipes que trabalham nas buscas pelas vítimas do desabamento da Ponte Juscelino Kubitschek, que ligava as cidades de Estreito, no Maranhão, e Aguiarnópolis, no Tocantins, ocorrido no último domingo (22).

Segundo a Marinha do Brasil, em alguns pontos, a profundidade chega a 40 metros, o que tem dificultado a localização dos veículos submersos.

Desde o colapso da ponte, oito vítimas fatais foram confirmadas. Na manhã de quinta-feira (26), quando a operação de resgate foi retomada, mais dois corpos foram encontrados. No entanto, nove pessoas ainda estão desaparecidas. A ação conjunta envolve mergulhadores e militares da Marinha, além de equipes dos corpos de Bombeiros dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Para auxiliar na localização dos veículos submersos, segue em operação o equipamento SideScan Sonar. Além disso, a Usina Hidrelétrica de Estreito reduziu a vazão da represa no início da manhã de quinta-feira, visando facilitar as buscas.

Análises da água

As autoridades também realizaram novas análises da água para verificar a presença de substâncias perigosas que possam representar risco aos mergulhadores. Três dos veículos que caíram no rio durante o desabamento eram caminhões carregados com defensivos agrícolas e ácido sulfúrico, o que exige um cuidado extra.

Em paralelo, o Governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), informou que está em contato com o Ministério dos Transportes para buscar soluções alternativas para o tráfego, uma vez que a ponte colapsada era um importante rota de ligação entre os estados. Até o momento, uma dessas alternativas é a ponte que liga o Tocantins ao Maranhão, através da cidade de Imperatriz. Além disso, uma balsa deverá chegar até o fim de semana para ajudar na travessia entre os estados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ ADICIONA CAPACIDADE DE REFRIGERADOS COM EXPANSÃO DE TOMADAS

Terminal em Santa Catarina concluiu instalação de 540 tomadas para ligar contêineres reefers

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O Porto Itapoá agora conta com 3.432 tomadas em operação, consolidando-se como o maior em capacidade no estado. Mais 540 tomadas serão adicionadas ainda neste mês (Foto: Divulgação)

O Porto Itapoá, terminal privado de contêineres em Santa Catarina, anunciou a conclusão da primeira fase referente a expansão de tomadas para contêineres refrigerados (reefers) com a instalação de 540 novas unidades.

Segundo a Autoridade Portuária, o terminal agora passa a contar com 3.432 tomadas em operação, consolidando-se como o maior em capacidade no estado.

Conforme já anunciado, para este mês de dezembro, mais 540 tomadas serão adicionadas, totalizando 3.972 unidades.

Neste final de 2024, o Porto Itapoá deu início à sua Fase IV de expansão com previsão de investimentos que somam R\$ 500 milhões nos próximos 12 meses.

Localizado na Baía da Babitonga, o complexo tem um pátio de 455 mil metros quadrados, com capacidade estática de 31 mil TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e sua capacidade de movimentar até 1,8 milhão de TEUs por ano.

Entre os novos investimentos, destaca-se a aquisição de mais um portêiner, equipamento para a movimentação de contêineres em navios de grande porte. Este será o oitavo da frota de Itapoá.

O cais será ampliado, ganhando mais de 400 metros de comprimento, o que permitirá a atracação de três navios de porte maior.

Segundo a diretoria do Porto Itapoá, os projetos de ampliação do terminal já estão com as licenças ambientais aprovadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e que a obra deverá seguir um cronograma estratégico.

Ainda no pacote de modernizações, serão adquiridos 12 RTGs (guindastes sobre pneus) operados por controle remoto; nove terminal tractors (TTs), que são caminhões que movimentam contêineres no pátio e na área de cais; e, por fim, um scanner de última geração que será utilizado para circulação e gerenciamento de cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO SUDESTE - AGRO DE MINAS LIDERA EXPORTAÇÕES E SUPERA A MINERAÇÃO EM 2024

Setor alcança US\$ 15,7 bilhões em vendas externas, um aumento de 19% em relação ao ano anterior

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O café, principal produto de exportação de Minas, gerou US\$ 7,1 bilhões, um aumento de 44,6% em relação ao ano anterior, marcando a melhor performance histórica do produto

O agronegócio de Minas Gerais ultrapassou, pela primeira vez, o setor da mineração, assumindo a liderança no ranking dos setores que mais exportam no estado. Segundo dados divulgados pelo Governo Estadual, no período de janeiro a novembro, as exportações do agro somaram US\$ 15,7 bilhões, superando em 3% o valor alcançado pela mineração, que foi de US\$14,5 bilhões.

Até novembro, o agronegócio representou 40,7% do valor total das exportações de Minas Gerais. Comparado ao mesmo período do ano passado, o setor teve um aumento de 19% na receita e de 9% no volume, totalizando 16 milhões de toneladas. Já a mineração representou 37,7% das exportações totais, com 14,5 milhões de toneladas embarcadas.

"O agronegócio em Minas combina eficiência, evidenciada pelos indicadores cada vez mais positivos, com a responsabilidade ambiental de preservar as terras que nos permitem alimentar o estado, o país e o mundo", destacou o vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus.

Mesmo sem contar com os dados de dezembro, os números já superaram o recorde registrado em 2022, quando as exportações alcançaram US\$15,3 bilhões.

“Esses números consolidam Minas como uma potência na produção de alimentos, fortalecendo o Brasil no cenário internacional. Tenho certeza de que, em 2025, nossa evolução no campo e a valorização dos produtos no exterior aumentarão ainda mais essa vantagem”, afirmou Thales Fernandes, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Os principais responsáveis pelos bons resultados são o café, os produtos do complexo sucroalcooleiro e a carne bovina. No entanto, outros itens também se destacaram, como sementes para semeadura (milho, rícino, girassol e outras), sêmen bovino, queijos, iogurte, leite condensado e batatas preparadas.

Água de coco, tapioca, cogumelos, inhamé, azeitonas e grão-de-bico também tiveram bom desempenho e contribuíram significativamente para os resultados de 2024.

O café, principal produto de exportação de Minas, gerou US\$ 7,1 bilhões, um aumento de 44,6% em relação ao ano anterior, marcando a melhor performance histórica do produto.

As carnes somaram US\$ 1,4 bilhão e 414 mil toneladas, representando 9% das exportações. A carne bovina continua sendo o carro-chefe desse grupo, com US\$ 1 bilhão e 240 mil toneladas exportadas.

A carne suína teve o melhor resultado dos últimos oito anos, com US\$ 52,5 milhões e 26,5 mil toneladas. Já a carne de frango somou US\$ 269 milhões (-20%) e 142 mil toneladas (-18%).

As exportações do complexo soja (grãos, farelo e óleo de soja) totalizaram US\$ 3,2 bilhões, com queda de 8,4% devido à diminuição nas importações da China e da Tailândia, principais compradores. Já as vendas do complexo sucroalcooleiro totalizaram US\$ 2,3 bilhões e 4,7 milhões de toneladas, com aumento de 23,7% e 23,2%, respectivamente.

Importações

Ao todo, 169 países importam produtos agropecuários mineiros. A China lidera a lista dos principais importadores, com US\$ 3,9 bilhões, seguida pelos Estados Unidos (US\$ 1,7 bilhão), Alemanha (US\$ 1,3 bilhão), Bélgica (US\$ 727 milhões) e Itália (US\$ 669 milhões).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO SUDESTE - POLÍCIA CIVIL IDENTIFICA 16 VÍTIMAS DE GRAVE ACIDENTE NA BR-116

Colisão que envolveu um ônibus e uma carreta matou 41 pessoas. Inquérito segue sem prazo definido para conclusão

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Após colidir de frente com uma carreta, o ônibus que seguia para Elísio Medrado (BA) pegou fogo e a maioria das vítimas ficou presa às ferragens, tendo os corpos carbonizados (Foto: Divulgação)

A Polícia Civil de Minas Gerais identificou até o momento 16 das 41 vítimas fatais do grave acidente ocorrido no sábado (21), na BR-116, próximo a Teófilo Otoni (MG). Segundo o chefe do 15º departamento de Polícia, delegado Amauri Albuquerque, não há prazo para a conclusão do inquérito.

O acidente aconteceu por volta das 3h30 da madrugada, envolvendo um ônibus de transporte interestadual da empresa Emtram, que seguia de São Paulo (SP) para Elísio Medrado (BA). Após colidir de frente com uma carreta, o ônibus pegou fogo e a maioria das vítimas ficou presa às ferragens, tendo os corpos carbonizados.

Um carro de passeio que trafegava atrás do ônibus também se envolveu no acidente, mas os ocupantes sofreram apenas ferimentos leves.

Na segunda-feira (23), o motorista da carreta, Arilton Bastos Alves, prestou depoimento por mais de seis horas à Polícia Civil e foi liberado em seguida.

Entre os 16 corpos já identificados, 14 foram liberados do Instituto Médico Legal (IML) para os familiares. Conforme o perito criminal Felipe Dapieve, 13 das identificações foram feitas por exames papiloscópicos (digitais), enquanto três ocorreram por odontologia legal. As análises para identificação dos demais corpos seguem em andamento. “Estamos coletando DNA para confronto com o material genético de familiares”, informou o perito.

A Polícia Civil trabalha com duas principais linhas de investigação. Uma delas considera a possibilidade de o acidente ter sido causado pela explosão de um pneu do ônibus. A outra aponta para um possível excesso de peso na carreta, que estaria em alta velocidade. De acordo com essa hipótese, um grande bloco de granito teria se soltado de um dos reboques da carreta na altura do distrito de Lajinha, em Teófilo Otoni, caindo na pista e sendo atingido pelo ônibus.

“Oitivas ainda estão em andamento. Vamos ouvir as pessoas envolvidas no acidente, somando provas testemunhais e técnicas para chegarmos à conclusão”, afirmou o delegado Amauri Albuquerque. Ele ressaltou que ainda é prematuro afirmar se houve ou não o estouro do pneu do ônibus.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

REGIÃO SUDESTE - MARINHA REFORÇA EFETIVO EM SP PARA OPERAÇÃO NAVEGUE SEGURO

Contingente da Capitania dos Portos no estado aumenta 25% para intensificar ações de fiscalização e conscientização durante o verão

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



De acordo com o capitão de Mar e Guerra da CPSP, Marcus André de Souza e Silva, a falta de habilitação é a principal causa das notificações e apreensões feitas pela Marinha

A Capitania dos Portos do Estado de São Paulo (CPSP) teve um reforço de 41 militares em seu contingente para esta edição da Operação Navegue Seguro. A iniciativa da Marinha do Brasil, que teve início no último dia 20 e vai até 15 de março de 2025, visa conscientizar os condutores de embarcações de esporte e recreio sobre as normas de segurança da navegação, além de intensificar a fiscalização do tráfego aquaviário neste verão.

Dessa forma, a equipe que atuará na área sob jurisdição da CPSP totaliza 209 oficiais, o que representa um aumento de 25% em relação ao efetivo do ano anterior, que contou com 168 agentes.

Na quinta-feira, 26, a corporação concedeu uma entrevista coletiva no Cais da Marinha, no Porto de Santos (SP), para dar detalhes da operação desta temporada, cujo tema é “Fique ligado, você é o capitão! Navegar com segurança é a sua melhor opção!”.



O trabalho também envolve conscientização sobre práticas de preservação ambiental em atividades marítimas, além da intensificação da fiscalização contra o consumo de bebidas alcoólicas pelos condutores.

“A gente vai fazer uma espécie de Lei Seca no mar. Nós dispomos do etilômetro como equipamento da nossa fiscalização do tráfego aquaviário, então, em todas as nossas abordagens, estaremos chamando os condutores a realizar o teste para garantir que não haja condução sob efeito de álcool”, afirmou o capitão de Mar e Guerra da CPSP, Marcus André de Souza e Silva.

O oficial destacou que a falta de habilitação é a principal causa das notificações e apreensões. Segundo dados de 2024 da área sob jurisdição da CPSP, os 93 inquéritos instaurados no ano envolvem condutores não habilitados.

São Paulo já registrou neste ano 12.768 emissões de habilitações para embarcações de esporte e recreio, uma alta de 30% em comparação com o ano passado.

“Por esse número, podemos prever que teremos um verão com uso bastante intenso das nossas águas, visto o grande aumento na busca da população pela carteira de habilitação de amador. Isso também é um ponto positivo. Mostra que as pessoas estão buscando qualificação e entender um pouco mais o que irão encontrar durante suas práticas recreativas”, destacou Silva.

Em 2024, a CPSP registrou 187 notificações e 11 apreensões. Desde o início da operação foram sete notificações e uma apreensão, em 1.226 abordagens.

Além da falta de habilitação, a Marinha também alerta para a documentação vencida ou incompleta das embarcações, falta de equipamentos de segurança obrigatórios, superlotação e condições inadequadas de navegabilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/12/2024

INTERNACIONAL - FAB E EMBRAER ENVIAM ESPECIALISTAS AO CAZAQUISTÃO APÓS QUEDA DE AVIÃO

Apoio técnico brasileiro busca esclarecer tragédia com 38 mortos. Suspeitas envolvem míssil do sistema de defesa russo

Por **ALEXANDRE FERNANDES** alexandre.fernandes@redenenews.com.br

De acordo com o governo do Cazaquistão, foram mobilizadas 306 pessoas, além de equipamentos, aeronaves e equipes caninas para os trabalhos no local do acidente

A Força Aérea Brasileira (FAB) e a Embraer estão colaborando com as investigações da queda de um avião Embraer E190 no Cazaquistão, ocorrida na quarta-feira (25). A aeronave, operada pela Azerbaijan Airlines, caiu perto da cidade de Aktau, resultando na morte de 38 das 67 pessoas a bordo.

A FAB destacou três especialistas do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) para apoiar os trabalhos, em conformidade com o Anexo 13 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

Já o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, se pronunciou na quinta-feira (26). Por meio de nota publicada na rede social LinkedIn, informou que a fabricante do modelo E190, envolvido no acidente, enviou uma equipe técnica ao local e declarou compromisso em prestar assistência às autoridades.

“Estamos chocados com a notícia, pois a segurança é a nossa maior prioridade. Em resposta, enviamos imediatamente uma equipe de especialistas ao local para prestar assistência técnica na

investigação. Continuamos totalmente empenhados em apoiar as autoridades competentes”, diz um trecho da nota.

Em outro trecho, Gomes Neto expressou, em nome da companhia, as “mais sinceras condolências a todos os afetados por este doloroso acontecimento”.

Enquanto isso, novas informações indicam que a queda do avião pode ter sido provocada por um míssil do sistema de defesa russo Pantsir-S. Segundo fontes ouvidas pela agência Reuters, o disparo ocorreu em um contexto de alerta militar na região, envolvendo o sobrevoo de drones ucranianos próximo ao sul da Rússia.

As fontes, que incluem integrantes das investigações realizadas pelo Azerbaijão e um oficial do governo dos Estados Unidos, afirmam que a aeronave foi confundida com um drone e atingida acidentalmente. Além do impacto direto, sistemas de guerra eletrônica teriam interferido no GPS do avião, causando instabilidade durante sua aproximação a Grozny, na Chechênia.

Imagens divulgadas mostram danos na cauda do avião, e registros de voo indicam oscilação de altitude por mais de uma hora antes da queda. No entanto, os governos do Cazaquistão, Azerbaijão e Rússia ainda não confirmaram essas informações oficialmente.

Até agora, as versões oficiais permanecem divergentes. A Rússia inicialmente sugeriu que a queda poderia ter sido causada por choque com pássaros ou condições meteorológicas adversas, como forte neblina.

Questionado sobre a possibilidade de um ataque acidental, o vice-primeiro-ministro do Cazaquistão declarou que seu governo “não confirma nem nega” a hipótese. Já o Kremlin informou que só comentará após a conclusão de sua própria investigação.

O chefe do Parlamento do Cazaquistão, Ashimbayev Maulen, garantiu que nenhuma das nações envolvidas irá ocultar informações sobre o caso, prometendo total transparência na apuração das causas do acidente.

No local do acidente

No Cazaquistão, equipes de resgate prosseguem com os trabalhos de desmontagem das estruturas do avião. Em nota publicada na quinta-feira, o Ministério de Emergências do país informa que foram mobilizadas 306 pessoas, 101 unidades de equipamentos, duas aeronaves e seis equipes caninas. Os esforços contam com apoio dos ministérios de Emergências, Interior, Defesa e Guarda Nacional, bem como serviços médicos e de combate a incêndios.

Até agora, 29 pessoas foram resgatadas com vida e encaminhadas a hospitais de Aktau incluindo três menores. Foram encontrados 38 corpos, sendo seis cidadãos cazaques e três membros da tripulação. Sete vítimas já foram identificadas, e equipes continuam coletando informações para identificar os demais corpos.

Ainda de acordo com a nota, por volta das 11h30 do dia 25 (2h30 no horário de Brasília), a aeronave caiu a 3 km do aeroporto de Aktau. O impacto causou graves danos estruturais, dificultando as operações de resgate.

A caixa-preta da aeronave, no entanto, já foi localizada e um esquema de plantão 24 horas foi estabelecido no local para monitorar a área e avançar nas investigações.

Relatórios iniciais indicam que o avião se partiu em dois segmentos transversais após o impacto, deixando os destroços espalhados em uma área de 4.200 metros quadrados. Um incêndio foi registrado próximo à cabine dos pilotos e extinto cerca de meia hora após a chegada dos socorristas.



JORNAL O GLOBO – RJ

NA METADE DO MANDATO, LULA CUMPRIU MENOS DE UM TERÇO DA META DE LEILÕES DE RODOVIAS

Governo pretende fazer 35 concessões de estradas até 2026, mas apenas nove foram entregues à iniciativa privada até agora

Por **Thaís Barcellos** — Brasília



A Rodovia da Morte, em Minas Gerais, precisou de três tentativas para ser concedida: segundo especialistas, mercado tem avaliado com lupa os riscos dos empreendimentos, além de fatores como tributação e mudanças climáticas — Foto: Divulgação

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva se impôs uma meta ousada de conceder 35 trechos rodoviários à iniciativa privada até 2026, mas chega à metade do mandato com menos de um terço dos leilões prometidos. O Ministério dos Transportes mantém a confiança e tenta acelerar o passo no ano que vem. Mas especialistas consideram que há obstáculos para

se chegar ao número prometido de concessões, ainda que o ambiente regulatório tenha avançado.

“A meta de leilões estabelecida pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, está mantida e todo o corpo técnico da pasta segue empenhado em cumpri-la”, disse o ministério em nota.

Dos 35 trechos prometidos, nove foram concedidos nos primeiros dois anos de governo, com previsão de investimentos nos próximos anos da ordem de R\$ 80 bilhões (Capex). Apesar de o resultado estar longe da meta, já superou a gestão de Jair Bolsonaro, que repassou seis rodovias à iniciativa privada.

LEILÕES JÁ REALIZADOS

Investimentos previstos (em bilhões de R\$)

Belo Horizonte - Juiz de Fora
(BR-040/MG)

Rodovia da Morte
(BR-381/MG)

Rota dos Cristais
(BR-040/MG/GO)

Rota do Zebu
(BR-262/MG)

Lote 3 das Rodovias Integradas do Paraná*

Rota Verde

Lote 6 das Rodovias Integradas do Paraná

TOTAL
81,2

↓
8,7

9,3

12

8,5

15,9

6,8

20

Leilões já realizados — Foto: Editoria de arte

O tamanho do desafio fica ainda mais claro quando se considera que apenas 26 estradas federais são operadas por concessionárias atualmente, em um processo que foi iniciado na década de 1990. Segundo o Ministério dos Transportes, a média histórica é de 1,2 leilão por ano.

—Desde a década de 90, não tenho referência de uma concentração de leilões tão grande nesse setor em um período tão curto de tempo. É um momento único na história do Brasil — afirma Ana Cândida, sócia de infraestrutura, regulação e assuntos governamentais do escritório BMA Advogados.

*Foram leiloados três trechos
Fonte: Ministério dos Transportes

Leilões já realizados — Foto: Editoria de arte

Segundo a advogada, essa conjuntura é resultado de uma combinação de rodovias que ainda não tinham sido concedidas com a repactuação de contratos “estressados”, ou seja, a tentativa do

governo de solucionar concessões problemáticas, cujo plano de obras foi interrompido seja por um erro na modelagem ou por problemas inesperados.

Mais empresas no setor

Além do avanço numérico, houve aumento da atratividade da carteira e retorno de operadores estrangeiros aos leilões rodoviários, o que não ocorria desde 2007. Em setembro, o grupo francês Vinci ganhou a concessão da Rota dos Cristais, de Cristalina (GO) a Belo Horizonte (MG), superando os lances da CCR, da gestora 4UM em consórcio com a gestora Opportunity e do banco BTG.



“Esse feito histórico amplia a concorrência em nossos leilões, o que foi evidenciado em 2024 com seis vencedores diferentes nos seis certames realizados”, destacou o ministério, em nota.

A pasta afirma que o resultado é fruto de um intenso trabalho de prospecção junto a possíveis investidores brasileiros e estrangeiros. Foram realizados diferentes roadshows internacionais desde o ano passado, com passagens por Portugal, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha.

Trecho da BR-040 entre Rio e Três Rio deve ser leiloado em 2025 — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo/03-04-2024

LEILÕES PREVISTOS PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Investimentos previstos (em bilhões de R\$)

TOTAL
171,2

Projeto	Período	Valor (bilhões de R\$)
Ponte internacional da Integração (São Borja/BR - Santo Tomé/ARG)	jan 2025	0,6
Rota Agro Norte (BR-364/RO)	fev 2025	10,2
Trecho Rio de Janeiro - Juiz de Fora (BR-040/495/RJ/MG)	mar 2025	8,7
Rota do Agro (BR-060/364/GO/MT)	abr 2025	6,9
Rota do Agro Central (BR-070/174/364/MT/RO)	mai 2024	7,8
Lote 4 das Rod. Integradas do Paraná (BR-272/369/376) (PR-182/272/317/323/444/862/897/986)	jun 2025	18,2
Lote Rio Grande do Sul (BR-116/158/392/290/RS)	2º tri 2025	9,1
Lote Rio Grande do Sul (BR-392/116/RS)	2º tri 2025	10,3
Lote 5 das Rod. Integradas do Paraná (BR-158/163/369/467 e PR-317)	jul 2025	11,6
Trechos da BR-116/BA	a definir	28,6
Trechos Monte Claros - Gov. Valadares (BR/116/251/MG)	a definir	12,3
Rota da celulose (BR-262/267 e MS-040/338/395)	a definir	8,8
ECO 101 (BR-101/ES/BA)	a definir	10,5
Rota do Pantanal (BR-163/MS)	a definir	17,3
Autopista Fluminense (BR-101/RJ)	a definir	10,3

Fonte: Ministério dos Transportes

O ministério também cita o aumento da qualidade dos projetos estruturados e a diversidade da carteira, tanto em investimento como em extensão, assim como o diálogo com o mercado, a clareza e a modernidade na matriz de risco, a regulação contínua da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

— O ambiente regulatório vem melhorando nos últimos anos, aumentando a atratividade e o interesse de novos players. Existem novos grupos econômicos, incluindo fundos de investimentos, que possuem interesse e capital para fazer frente a novos projetos — concorda André Paiva, gerente sênior da Tendências Consultoria.

Ana Cândida destaca que não muito tempo atrás o mercado era formado por quatro grandes empresas: CCR, Ecorodovias, Arteris e Invepar.

Leilões previstos para os próximos dois anos — Foto: Editoria de arte

— No começo do governo, havia dúvida se seria possível atrair novos players. Um ano depois, vemos que o governo federal conseguiu sim retomar a atratividade dos leilões. Temos visto outros players. É uma lista bem impressionante, extensa, maior do que a

das tradicionais, com capacidade bastante robusta de investimento — diz a advogada, elogiando o trabalho do governo e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Mudanças climáticas

Apesar da maior concorrência, contudo, os especialistas avaliam que a própria extensão da carteira de projetos impõe limites ao número de leilões, uma vez que são necessários esforços dos interessados em termos de estudos dos ativos e, posteriormente, em compra de insumos e contratação de mão de obra. É normal, portanto, priorizar aqueles projetos naturalmente mais atrativos.

Já os projetos mais desafiadores têm baixa adesão ou mesmo nenhuma. Como foi o caso da Rodovia da Morte, em Minas, que precisou de três tentativas para ser concedida, e da Rota da Celulose, cujo projeto, estruturado pelo governo do Mato Grosso do Sul, não obteve interessados no leilão marcado para dezembro de 2024.

No último caso, a advogada afirma que houve bastante discussão sobre um possível descasamento entre o custo das obras e a matriz de risco do projeto. Segundo ela, o mercado vem olhando com lupa o risco de aumento do preço de insumos, considerando os problemas nos contratos na última década.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também tem feito análise sobre o assunto, com impacto no andamento das licitações. A depender das exigências estabelecidas pelo órgão, podem ser necessárias prorrogações no lançamento do edital do leilão. Um exemplo é a licitação do Lote 6 de rodovias do Paraná, que era previsto para ocorrer em meados desse ano, mas foi o último de 2024, no dia 19 de dezembro.

— As diversas discussões em torno de projetos antigos têm levado a uma busca por uma visão mais ampla sobre os possíveis aspectos que podem afetar a viabilidade econômico-financeira e como tratá-los nas premissas dos projetos e dos contratos — explica Paiva.

O consultor da Tendências afirma que as alterações na tributação sobre o consumo e as mudanças climáticas são outros fatores que geram incerteza em um contrato de longo prazo, como as concessões de rodovias, e deixam investidores mais cautelosos em relação à viabilidade econômico-financeira dos projetos. Os contratos mais modernos, contudo, já preveem mitigação e reequilíbrio automático para determinados riscos, disse:

— Vale ressaltar que grande parte dos ativos mais atrativos já foi licitada. Muitos dos ativos que estão sendo licitados agora têm características significativamente diferentes desses projetos anteriores, o que torna necessário ao governo e ao setor privado considerar soluções inovadoras para tornar esses projetos eficientes e economicamente viáveis.

15 leilões previstos

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, George Santoro, reconhece que o governo está trabalhando em um ajuste na previsão de investimentos na Rota da Celulose e deve recolocar o projeto no pipeline.

Em breve, será publicado o cronograma oficial de 2025, com 15 leilões previstos. O secretário avalia que o apetite dos investidores segue grande, mesmo com um cenário macroeconômico mais adverso à frente, com perspectivas de juros mais altos.

— Ninguém vai desistir. Até agora ninguém está roendo a corda, está todo mundo animado — disse ao GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/12/2024

SPACEX E AMAZON DISPUTAM CONTRATO PARA FORNECER INTERNET A BORDO DE AVIÕES DE BRITISH AIRWAYS E IBERIA

Empresas negociam acordos com a holding dona das companhias aéreas, que pretende usar a tecnologia mais avançada de satélites para melhorar o serviço de Wi-Fi oferecido aos passageiros em voos

Por Bloomberg



Avião da British Airways — Foto: Reprodução

A IAG, proprietária da British Airways, está em discussões com a Starlink, de Elon Musk, para equipar sua frota de jatos com serviço de Wi-Fi, refletindo as crescentes incursões do negócio de internet via satélite da SpaceX, a companhia espacial do bilionário, com as principais aéreas globais.

A IAG, que também é dona da espanhola Iberia e da irlandesa Aer Lingus, ainda não tomou uma decisão final e está avaliando opções com vários provedores,

incluindo o nascente Projeto Kuiper, da Amazon, disse em entrevista à Bloomberg Annalisa Gigante, chefe de Inovação do grupo.

— Estamos trabalhando bastante, tanto com a Starlink quanto com o Kuiper, da Amazon — garantiu Annalisa. — Temos algumas coisas realmente interessantes surgindo, mas isso será para o próximo ano.

As negociações mostram uma reformulação iminente no mercado de serviços de aviação, impulsionado pela implantação de constelações de satélites orbitando mais perto da Terra. As empresas aéreas estão fechando acordos com a Starlink e outras empresas para substituir os caros e limitados serviços de Wi-Fi a bordo.

A expansão da largura de banda dos satélites ajudou a proporcionar experiências de navegação na web mais próximas do que os consumidores esperam em terra.

A Starlink, iniciativa de internet via satélite da SpaceX, atende cerca de 4 milhões de clientes por meio de uma rede de milhares de satélites em uma órbita relativamente baixa ao redor da Terra. Juntas, as espaçonaves trabalham em conjunto para transmitir cobertura de internet de banda larga para a terra.

Para a chefe de inovação, a complexidade do processo de certificação é um obstáculo para a Starlink. Ela afirmou que a IAG está avaliando várias opções, incluindo quando o grupo poderia instalar um novo serviço.

"As companhias aéreas dos EUA podem facilmente ativar o serviço da Starlink porque ele já é certificado pela Administração Federal de Aviação, mas as companhias aéreas europeias precisam passar por um processo de certificação", explicou Annalise. "A British Airways precisaria de uma certificação separada da Iberia".

Segundo ela, houve "um frenesi de anúncios". E, agora, quer garantir que a parceria só seja divulgada quando "for possível implementá-la".

Quando questionado sobre as negociações com a IAG e os comentários sobre a certificação, um porta-voz da SpaceX disse por e-mail: "isso não é preciso", sem fornecer detalhes ou elaborar sobre a sua resposta.

A Amazon planeja lançar os primeiros satélites operacionais para o Kuiper no início do próximo ano, com o serviço começando até o final de 2025. A empresa não respondeu aos pedidos de comentário.

Acordos da Starlink

A United Airlines Holdings anunciou um acordo em setembro com a Starlink para internet a bordo, o maior sucesso de Elon Musk até agora com grandes companhias aéreas. Fora dos EUA, espera-se que a AirBaltic seja a primeira companhia europeia a fornecer o serviço da Starlink em sua frota. O serviço é usado pela Qatar Airways, enquanto a Air New Zealand e a ZIPAIR Tokyo anunciaram acordos com a empresa.

O crescimento da Starlink com clientes residenciais em áreas rurais, transportadoras marítimas e outros setores é um dos fatores que pressionam as ações de provedores tradicionais de internet via satélite, como a Viasat e a Gogo.

A IAG anunciou em 2017 um acordo de internet de banda larga a bordo com a Inmarsat, que foi adquirida pela Viasat no ano passado.

Analistas afirmam que os provedores de internet estabelecidos continuarão sendo os líderes do mercado por vários anos, dada a natureza de lenta evolução da indústria e ao fato da Starlink ainda não oferecer muito mais do que os seus concorrentes.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/12/2024

MEDIDA CAUTELAR IMPEDE ANTT DE SUSPENDER OPERAÇÕES DA FLIXBUS E DE SUAS PARCEIRAS

Por Mariana Barbosa



FlixBus aposta no Brasil como mercado prioritário — Foto: Divulgação

A Justiça Federal em Brasília concedeu liminar suspendendo os efeitos da decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que determinava a apresentação de contratos comerciais firmados pela Flixbus com operadoras de ônibus parceiras.

A Justiça também determinou que a ANTT "deixe de adotar medidas punitivas ou coercitivas" em razão da não apresentação dos contratos, até a decisão do mérito da medida.

As empresas alegam sigilo comercial para não apresentar os contratos e temiam que o não cumprimento da determinação pudesse levar à suspensão das operações — em especial durante o período de alta temporada, podendo afetar milhares de consumidores.

A ANTT havia determinado a apresentação dos contratos para poder averiguar denúncia de que a startup alemã estaria atuando como sub-autoritária das operadoras de ônibus — ou seja operando uma linha no lugar da empresa detentora da autorização, o que não é permitido pela legislação.

A denúncia foi feita pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), que reúne grandes grupos tradicionais de operadoras de ônibus.

A liminar, assinada pelo juiz federal substituto Ed Lyra Leal, foi concedida à operadora de ônibus Catedral (Kandango), parceira da Flixbus, mas seus efeitos devem ser estendidos para todas as parceiras da startup que foram intimadas a apresentar os contratos pela ANTT.

No entendimento da Justiça Federal em Brasília, não houve extrapolação da ANTT, que tem o “poder normativo e de polícia para fiscalizar o setor”. No entanto, o magistrado argumenta que a agência não deu as devidas garantias de que haverá resguardo do sigilo das informações, considerando que o processo envolve outros interessados, como a Abrati que, como denunciante, tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos.

A ANTT iniciou um processo administrativo visando a fiscalização das operações da Flixbus em abril, após a denúncia da Abrati. A fiscalização das operações foi inconclusiva para determinar se havia ou não acordo de sub-autorização, com a área técnica recomendando a apresentação dos contratos para concluir a investigação.

Após a intimação para a apresentação de contratos, em dezembro, a Flixbus chegou a realizar uma audiência com o Ministro dos Transportes, Renan Filho, para tentar impedir a suspensão de operações neste fim de ano. A coluna apurou que o ministro chegou a oficializar a ANTT pedindo mais informações sobre o caso.

Em nota à coluna, a Abrati diz acreditar que a decisão final da Justiça irá na direção contrária à da liminar:

"A Abrati entende que apesar da decisão liminar trazer um entendimento de preservação do serviço oferecido, a justiça decidirá ao final em favor da legalidade e, portanto, preservará a concorrência equilibrada e saudável ao mercado e a transparência contratual nos serviços públicos ofertados, para que o consumidor esteja ciente de quem o está atendendo."

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/12/2024

EMENDAS: EM NOVA DECISÃO, DINO DETERMINA QUE CÂMARA RESPONDA DE FORMA OBJETIVA ATÉ AS 20H

Ministro do STF deu prazo para que deputados respondam a quatro perguntas para garantir transparência às indicações de recursos

Por Mariana Muniz — Brasília



O ministro Flávio Dino, durante sessão do STF — Foto: Gustavo Moreno/STF

Em um novo capítulo do embate envolvendo o pagamento de emendas, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Câmara responda "objetivamente" a questionamentos sobre a indicação dos recursos até as 20h desta sexta-feira. O novo despacho de Dino é uma resposta ao pedido protocolado pela Casa para que as verbas suspensas pelo ministro do STF na última segunda-feira fossem desbloqueadas.

Segundo Dino, "lamentavelmente, da petição hoje protocolada pela Câmara dos Deputados não emergem as informações essenciais, que serão novamente requisitadas, em forma de questionário para facilitar a resposta".

No pedido enviado à Corte, a Câmara alegava que não houve descumprimento das regras vigentes quando 17 líderes da Casa enviaram um ofício ao Executivo pedindo a liberação de R\$ 4,2 bilhões das chamadas emendas de comissão. Ao bloquear a execução da verba, Dino entendeu que a medida desrespeitou regras previamente acordadas que previam a aprovação dos colegiados e a identificação dos autores de cada indicação.

No despacho desta sexta-feira, Dino elenca quatro questionamentos que devem ser respondidos pela Câmara dos Deputados.

As perguntas são as seguintes:

1. Quando houve a aprovação das especificações ou indicações das “emendas de comissão” (RP 8)? Todas as 5.449 especificações ou indicações das “emendas de comissão” constantes do Ofício foram aprovadas pelas Comissões? Existem especificações ou indicações de “emendas de comissão” que não foram aprovadas pelas Comissões? Se não foram aprovadas pelas Comissões, quem as aprovou?
2. O que consta na tabela de especificações ou indicações de “emendas de comissão” (RP 8) como “NOVA INDICAÇÃO” foi formulada por quem? Foi aprovada por qual instância? Os Senhores Líderes? O Presidente da Comissão? A Comissão?
3. Qual preceito da Resolução do Congresso Nacional que disciplina a Comissão Mista de Orçamento embasa o atual rito das emendas? Como as emendas liberadas se compatibilizam com essa resolução?
4. Existe alguma outra regra do Congresso que legitime a liberação dessas emendas? Se existir, qual, em qual artigo e quando publicado?

No despacho dado em resposta ao pedido da Câmara, Dino afirma ainda que "desde agosto de 2024 seguem-se persistentes tentativas do STF de viabilizar a plena execução orçamentária e financeira, com a 'efetiva entrega de bens e serviços à sociedade'" nos termos da Constituição Federal e das leis nacionais".

"Entretanto, aproxima-se o final do exercício financeiro, sem que a Câmara dos Deputados forneça as informações imprescindíveis, insistindo em interpretações incompatíveis com os princípios constitucionais da TRANSPARÊNCIA e da RASTREABILIDADE, imperativos para a regular aplicação de recursos públicos", aponta o ministro.

Ainda segundo Dino "emendas do Presidente da Casa ou do Presidente da Comissão, de Líderes Partidários e da Mesa da Casa Legislativa, até o momento, não existem na Constituição e nas leis nacionais".

Na última segunda-feira, Dino determinou o bloqueio de R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares. O ministro atendeu a um pedido feito pelo PSOL e pelo Novo, que discordaram da forma como os valores foram realocados. Dos R\$ 4,2 bilhões, R\$ 180 milhões são apresentadas como "novas indicações", sendo que 40% (R\$ 73 milhões) são direcionados ao estado de Alagoas, reduto eleitoral de Lira.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/12/2024

LIRA CONVOCA LÍDERES PARA REUNIÃO DE EMERGÊNCIA SOBRE BLOQUEIO DE EMENDAS POR DINO

Por Malu Gaspar — Brasília



Lula e Lira durante a posse de Dino — Foto: Cristiano Mariz

O presidente da Câmara, Arthur Lira, convocou para esta tarde uma reunião de líderes partidários para discutir o bloqueio de R\$ 4,2 bilhões do Orçamento pelo ministro do Supremo Flavio Dino. A medida foi tomada na última segunda-feira (23) por Dino em atendimento a um pedido da bancada do PSOL.

O motivo foi a manobra de Lira que cancelou as reuniões das comissões e liberou o dinheiro das emendas sem discussão ou aprovação de um plano de



trabalho. Com apenas a assinatura de 17 líderes partidários, sem indicar quem estava indicando qual dinheiro pra onde, foram liberados, além do dinheiro que estava bloqueado, R\$ 180 milhões em "novas indicações", dos quais 40% (R\$ 73 milhões) direcionados à Alagoas de Lira.

Nos bastidores, o presidente da Câmara sinalizou aos líderes que vai pedir uma reunião com o presidente Lula para tentar colocar o governo na briga e convencer Flávio Dino a liberar o dinheiro.

Em sua decisão, Dino mandou a Polícia Federal investigar a tentativa de liberar emendas de comissão -- o que fez vários líderes de partido reclamarem do que consideraram um exagero do ministro.

Em seu despacho, Dino citou as diversas denúncias de desvios e irregularidades na aplicação de verbas das emendas, ressaltando que "não é compatível com a ordem constitucional, notadamente com os princípios da Administração Pública e das Finanças Públicas", a continuidade de um ciclo de denúncias "nas tribunas das Casas do Congresso Nacional e nos meios de comunicação, acerca de obras malfeitas", "desvios de verbas identificados em auditorias dos Tribunais de Contas e das Controladorias", e "malas de dinheiro sendo apreendidas em aviões, cofres, armários ou jogadas por janelas, em face de seguidas operações policiais e do Ministério Público".

"Tamanha degradação institucional constitui um inaceitável quadro de inconstitucionalidades em série, demandando a perseverante atuação do Supremo Tribunal Federal", afirma Dino.

A referência a malas de dinheiro jogadas pela janela diz respeito às descobertas da Operação Overclean, que revelou um esquema de desvio de recursos de emendas do Departamento Nacional de Operações contra a Seca, oriundos de emendas. De acordo com a Polícia Federal, o grupo, comandado por um empresário conhecido como Rei do Lixo, desviou cerca de R\$ 1,4 bilhão nos últimos anos.

Um dos acusados, o vereador Francisco Nascimento, da cidade baiana de Campo Formoso, jogou pela janela de seu apartamento uma sacola contendo R\$ 220 mil em maços de notas no momento em que a PF bateu à porta para executar o mandado de prisão preventiva contra ele.

Nesta quarta-feira, a Confederação Nacional dos Municípios, que reúne os prefeitos, divulgou uma nota contestando a decisão do ministro. Na nota, a entidade pede a revisão da medida, afirmando que ela levou ao bloqueio de recursos da saúde que não tem relação com emendas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/12/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TARCISIO REVISARÁ UM TERÇO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DE SP PARA OBTER ECONOMIA DE R\$ 10,3 BI

No caso de bares e restaurantes, alíquota subirá de 3,2% para 4%; 88 benefícios de um total de 263 não passaram na peneira da Fazenda estadual e serão ou extintos ou reduzidos

Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA - O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirma que um terço dos benefícios tributários concedidos no Estado estão sendo reduzidos ou extintos e, com isso, espera economizar R\$ 10,3 bilhões no ano que vem.

Um dos atingidos é o setor de bares e restaurantes, cuja tributação de ICMS aumentará de 3,2% para 4% em janeiro, com a modificação na alíquota aplicada no regime especial do setor.

Ao Estadão, o governador disse que houve negociação com as entidades que representam os empresários para se chegar ao valor. Caso o regime especial expirasse - a validade se encerra em 31 de dezembro -, a tributação iria subir para a alíquota padrão, de 12%.

“Conseguimos chegar a um bom-termo entre a necessidade do Estado e a especificidade e heterogeneidade deste setor”, disse.

Apesar da pequena variação, Tarcísio afirma que não poderia fazer um ajuste que afetasse o setor. Empresários reclamavam que o aumento da tributação poderia encarecer as alimentações no Estado de São Paulo.

“É adequado à característica do setor, que tem muitos pequenos empresários e médios empresários não optantes do Simples. O setor reconheceu que a gente precisava fazer um ajuste, mas que não poderia ser num patamar que afetasse uma atividade ainda combatida pelos efeitos da pandemia. Então acredito que chegamos a um patamar razoável”.



O governador Tarcísio de Freitas diz que mudanças foram negociadas com setores Foto: Sergio Barzaghi/Governo SP

Outros exemplos de setores afetados pela revisão são o atacadista de calçados e o de eletrônicos, cujos incentivos acabavam ajudando fabricantes de outros Estados, notadamente os da Zona Franca de Manaus (no caso dos eletrônicos).

“Mantive o regime especial para quem está produzindo aqui (em São Paulo), mas fechei a porta para quem vem de fora, o que vale também para os eletrônicos”, disse o governador.

Ao todo, diz Tarcísio, 88 benefícios tributários pararam na peneira da Fazenda do Estado de São Paulo, de um total de 263 incentivos fiscais analisados. A revisão vai prosseguir no ano que vem, com a prorrogação da validade de alguns deles por mais seis meses enquanto as equipes seguem com a análise.

“É uma coisa extremamente espinhosa e difícil de se fazer porque há sempre reação, mas é importante. Porque há benefícios que se tornaram obsoletos, outros já concluíram sua finalidade e existem os que foram incorporados às margens (de lucro) das empresas e já não são importantes para o investimento ou para o emprego”, diz Tarcísio.

Além disso, com o fim previsto dos incentivos estaduais na reforma tributária, a ideia é fazer uma redução gradual desses benefícios até 2033, quando o ICMS deixará de existir e dará lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificará o imposto estadual com o ISS municipal.

“Não pode a gente ter a reforma tributária aprovada e ter um estoque enorme de benefícios que não fazem mais sentido. Então vamos fazendo essa desincorporação ao longo desse período de transição”, afirma Tarcísio.

Em maio, quando apresentou a iniciativa, o governador disse ao Estadão que poderia obter um ganho de até R\$ 20 bilhões com as revisões de benefícios. Apesar do número menor, ele diz não haver frustração e afirma que os ganhos nesse front somam-se a outras iniciativas do programa intitulado “São Paulo na Direção Certa”, como a renegociação de dívidas tributárias, as privatizações e a revisão de benefícios previdenciários.

Com isso, a previsão é que a capacidade de investir de São Paulo suba de R\$ 21 bilhões para R\$ 33,5 bilhões em 2025. Isso sem contar com a economia das renúncias tributárias e os R\$ 4 bilhões

adicionais que poderão vir com a renegociação da dívida paulista com o governo federal, cujo projeto de lei complementar foi aprovado no Senado a poucos dias do Natal.

Tarcísio afirma que prepara uma nova rodada de reforma administrativa para o ano que vem, mas não quis dar “spoiler”, e diz que sua equipe elabora também uma lista de autarquias que serão extintas, numa agenda de redução do tamanho do Estado.

Na segunda, 23, o Estadão mostrou que o governo de São Paulo gasta R\$ 2,3 milhões por mês em gratificações extras pagas a secretários, egressos do governo Jair Bolsonaro e até ao cunhado de Tarcísio para ocupar cargos em conselhos e comitês de estatais. O governador defende-se afirmando que os gastos vão diminuir com os cargos nessas empresas.

“À medida que a gente vai privatizando e extinguindo empresas, são conselhos e cargos que deixamos de ter. À medida que vou diminuindo o tamanho do Estado, eu vou diminuindo a quantidade de funções disponíveis. Elas existem hoje por um imperativo legal, mas quando essas empresas são extintas, essas vagas também vão sendo extintas”, afirmou.

O governador fez um paralelo ainda com o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também tentou cortar renúncias tributárias, mas não obteve apoio no Congresso para todas as suas iniciativas.

“Estamos fazendo a nossa parte, fazendo o que dizíamos que iríamos fazer: cortar gastos, reduzir o tamanho da máquina, revisar benefícios, buscar a renegociação da dívida, privatizar. Muita gente achava impossível a gente privatizar a Sabesp em um ano e meio e fizemos”, disse.

“Estamos fazendo o dever de casa, entendendo o desafio fiscal e enfrentando a luta das corporações, os lobbies corporativos. Foram reuniões com a Fiesp e entidades para explicar o que estamos fazendo e a adequação das nossas medidas, o que precisa ser feito para deixar as contas saneadas numa visão de futuro e numa visão de quem quer recuperar capacidade de fazer investimentos”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/12/2024

TRUMP VAI INTERROMPER O ‘BOOM’ DE ENERGIA LIMPA NOS EUA? INVESTIDORES ESTÃO PREOCUPADOS COM O RISCO

Presidente eleito dos EUA pode reverter regras e subsídios adotadas por Biden que atraíram bilhões de dólares do setor privado para o setor de energia renovável

Por Redação

A eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA colocou em xeque investimentos bilionários direcionados para energia renovável durante os quatro anos do governo de Joe Biden. Desde a aprovação da Lei de Redução da Inflação, de 2022, os recursos para o setor - incluindo energia limpa, veículos elétricos, baterias e painéis solares - escalaram e atingiram valor recorde no terceiro trimestre de 2024, chegando a US\$ 71 bilhões, de acordo com um rastreador mantido pelo Rhodium Group, uma empresa de pesquisa com foco em energia, e pelo M.I.T.

Em Wall Street, a grande questão agora é: Donald Trump, que chamou as políticas de Biden de “novo golpe verde” durante a campanha, retirará subsídios e regulamentações para mudar significativamente a economia do investimento em descarbonização?

As reações do mercado logo após a eleição pareciam claras. As ações de empresas de energia limpa caíram drasticamente, enquanto as ações das empresas de petróleo se recuperaram, indicando uma visão divergente de como os dois setores se sairão nos próximos anos.



A Wolfspeed, que fabrica materiais para semicondutores e chips usados em veículos elétricos, está quase concluindo uma fábrica em Siler City, Carolina do Norte Foto: Sebastian Siadecki/NYT

Corte de impostos e mudanças

Em 2025, o principal objetivo da agenda de Trump é estender seus cortes de impostos que ele implementou em 2017, em seu primeiro mandato. Para isso, ele provavelmente precisará reduzir os gastos em outros setores. Os créditos fiscais para energia limpa - no valor de cerca de US\$ 350 bilhões apenas nos próximos três anos, de acordo com o Congressional Joint Committee on Taxation - seriam um alvo tentador. Quanto mais esses subsídios forem reduzidos, mais projetos deixarão de fazer sentido do ponto de vista financeiro.

Desde a eleição, os defensores da energia renovável têm se animado com o fato de que o financiamento alavancado pela lei de 2022 foi desproporcionalmente direcionado para os estados republicanos, o que pode protegê-lo de cortes. A demanda de energia também começou a aumentar pela primeira vez em uma geração com o crescimento de veículos elétricos, bombas de calor, novas fábricas e inteligência artificial, reforçando o caso de uma abordagem expansiva das fontes de energia. E a energia solar, em particular, é atualmente uma das formas mais baratas de energia disponíveis.

“A energia renovável tem um certo apoio bipartidário”, disse Nils Rode, diretor de investimentos da Schroders Capital, uma empresa suíça que administra US\$ 97 bilhões, incluindo parques eólicos nos Estados Unidos. “Embora possa haver riscos, não acreditamos que isso levará a grandes mudanças.”

No entanto, os subsídios não são a única política com potencial para afetar o fluxo de dinheiro. Trump e sua equipe deixaram claro que desejam facilitar o caminho dos projetos de combustíveis fósseis de forma a torná-los mais atraentes para os investidores.

Seu candidato a secretário do Interior, Doug Burgum, prometeu abrir mais terras federais para a exploração de petróleo e gás. Chris Wright, executivo-chefe da empresa de fracking que Trump escolheu para liderar o Departamento de Energia, poderia redirecionar a vasta agenda de pesquisa e os programas de empréstimo da agência para longe da eletricidade de baixo carbono.

Na Agência de Proteção Ambiental, o presidente eleito pretende nomear Lee Zeldin, que discutiu a reversão das regras sobre emissões de usinas de energia, o que enfraqueceria os incentivos para que as empresas de serviços públicos mudassem para fontes mais limpas de eletricidade.

Todas essas ações aumentariam o retorno dos investimentos em combustíveis fósseis em relação aos renováveis.



Presidente eleito dos Estados Unidos Donald J. Trump Foto: Rick Scuteri/AP

Pausa em negócios de energia renovável

“O que muda, fundamentalmente, é apenas a economia”, disse Ben King, diretor associado da prática de clima e energia do Rhodium Group, que contabilizou US\$ 435 bilhões em projetos de energia renovável que foram anunciados, mas ainda não foram iniciados. “Mesmo hoje, a energia eólica, a energia solar e as baterias estão competindo com o gás natural, na margem. Uma desaceleração na implantação dessas tecnologias apenas deixa mais espaço para o gás na rede.”

Além disso, a promessa de Trump de impor novas e elevadas tarifas atingiria os componentes necessários para a construção de campos solares, parques eólicos, baterias de automóveis e sistemas de armazenamento de energia de longa duração. E uma redução na alíquota do imposto corporativo poderia enfraquecer o mercado de créditos fiscais negociáveis que os desenvolvedores de energia renovável usam para tirar proveito de muitos dos subsídios da Lei de Redução da Inflação que devem ser reivindicados contra a renda tributável.

A perspectiva de tais mudanças fez com que alguns bancos e investidores pausassem novos negócios de energia renovável até que o cenário em Washington se tornasse mais claro. As empresas financeiras também estão se certificando de que os novos contratos incluam cláusulas que as protejam contra mudanças de políticas que possam reduzir seus retornos.

“Eles não investirão quando não estiver claro qual é a economia dos projetos, a menos que você tenha ajustado o preço para o pior caso e o negócio ainda funcione”, disse Keith Martin, advogado da Norton Rose Fulbright, que trabalha com financiamentos complexos para bancos que investem em projetos de energia renovável.

“Queremos que nossas empresas sejam globais”

No entanto, algumas das propostas e ideias de Trump podem levar a direções opostas e inesperadas. Por exemplo, incentivar a exportação de gás natural tenderia a aumentar seu preço no mercado interno e tornar a construção de novas usinas de gás nos EUA menos atraente para os investidores, de acordo com a Bloomberg New Energy Finance. Acelerar o licenciamento de novas transmissões de eletricidade poderia ajudar alguns projetos de energia renovável. A mineração dos minerais usados na produção de baterias também pode se tornar mais fácil.

Além disso, a perda de algumas das regras climáticas de Biden pode não fazer tanta diferença. A recente regra da Comissão de Valores Mobiliários que exige que as empresas públicas divulguem determinadas emissões de carbono está presa em um tribunal, e o novo governo pode simplesmente abandoná-la - mas muitas empresas já precisam fazer relatórios semelhantes para cumprir as regulamentações da União Europeia. E a Europa está introduzindo gradualmente um “mecanismo de ajuste de fronteira”, ou um tipo de tarifa para bens produzidos com muito carbono.

“Elas não poderão se esconder disso se quiserem continuar fazendo negócios na Europa”, disse Jason Britton, presidente da Reflection Asset Management, uma empresa de consultoria em investimentos socialmente responsáveis.

Entretanto, a Europa não é apenas um regulador substituto. É também um concorrente para empresas jovens que buscam o local mais amigável para expandir suas operações, oferecendo assistência em pesquisa e outros incentivos.

Dan Goldman é o sócio-gerente da Clean Energy Ventures, uma empresa de capital de risco em estágio inicial com empresas em seu portfólio que frequentemente têm sido apoiadas por empréstimos e subsídios federais. Se esses fundos forem cortados, disse ele, elas poderão procurar outro lugar.



“Queremos que nossas empresas sejam globais”, disse Goldman. “Isso certamente já era verdade antes da eleição e, se é que é verdade, agora diríamos que é importante acelerar essas iniciativas.”

Refinarias e complexos petroquímicos ao longo do Houston Ship Channel. Após a eleição, ações de empresas de petróleo subiram e ações de energia limpa caíram drasticamente Foto: Meridith Kohut/NYT

“Parceiros” ou “agnósticos”?



Uma coisa é certa: as empresas financeiras provavelmente deixarão de alardear seus investimentos como sendo sobre “clima”, “sustentabilidade” ou “ESG” - que significa ambiental, social e de governança (na sigla em inglês) - uma tendência que vem ocorrendo desde que as autoridades estaduais republicanas começaram a visar gestores de ativos como a BlackRock que professavam tais ideais.

Em vez disso, os apelidos mudaram para palavras como “finanças de transição”, “resiliência” e até mesmo “tecnologia crítica”. O argumento para apoiar a eletricidade de baixo carbono mudará ainda mais para “segurança energética” e para ficar à frente das empresas sediadas na China.

Os bancos e os gerentes de ativos já estavam deixando as alianças internacionais criadas nos últimos anos para promover coletivamente os compromissos de desinvestimento em combustíveis fósseis e financiar a descarbonização. Mas não parece que essas alianças estavam impulsionando as instituições a fazer muito que já não estivessem planejando. Alguns especialistas acham que o movimento climático está melhor sem elas.

“Nos últimos cinco anos, elas têm falado pelos dois lados da boca, dizendo: ‘Somos parceiros no financiamento da transição energética’ e depois dizendo: ‘Não, somos agnósticos’”, disse Lisa Sachs, diretora do Columbia Center on Sustainable Investment. “Eles criaram uma percepção de que algo útil estava acontecendo quando nada de útil estava acontecendo.”

Em última análise, os fatores macroeconômicos podem ser mais importantes do que as políticas. As empresas de petróleo e gás não bombearão mais, a menos que os preços globais estejam altos o suficiente para justificar isso. E o investimento em energia renovável aumentou mesmo durante o último governo Trump, principalmente porque as taxas de juros eram tão baixas que os investidores podiam ganhar dinheiro mesmo sem grandes subsídios.

É por isso que a notícia da semana passada de que o Federal Reserve, o banco central dos EUA, não esperava reduzir as taxas de juros tanto quanto havia planejado em 2025 foi uma má notícia para o setor. Se o custo do capital continuar alto, novas tarifas aumentarão o custo da construção. E se a lei de energia for totalmente revogada, o futuro dos investimentos em energia limpa parecerá muito mais sombrio.

“Acho que essa é uma situação difícil”, disse Quinn Pasloske, diretor da Greenbacker, uma gestora de fundos focada em infraestrutura de energia limpa. “Se qualquer uma dessas três pernas do banco não cair, você estará em uma boa situação porque os fundamentos ainda estão lá.” / NYT.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. Saiba mais em nossa Política de IA.

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 27/12/2024

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

FALTA DE INFORMAÇÃO IMPEDE AVALIAÇÃO DE ATUAL VERSÃO DO PAC

Execução dos projetos ficou em 38% até julho e dados relativos a todo este ano só poderão ser conhecidos dentro de um mês ou dois

Por *Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt* — De Brasília

Frequentemente citado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um dos impulsionadores do crescimento econômico do país, o Novo PAC enfrenta dificuldades para mostrar seus resultados. Lançada há quase um ano e meio, a terceira edição do programa não dispõe de informações que

permitam aferir o status de execução das quase 21 mil obras que a compõe, e que somam R\$ 1,3 trilhão em investimentos até o fim de 2026.



Maurício Muniz: governo ainda não está preparado para disponibilizar informações sobre andamento das principais obras — Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Principal técnico responsável pelo PAC, o subchefe da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Mauricio Muniz, informou que em julho o índice de execução do programa estava em 38%. Os dados consolidados até o final deste ano só devem ser conhecidos entre fevereiro e março de 2025.

Ele explica que os 38% referem-se ao percentual de execução do montante de R\$ 1,3 trilhão a ser investido até o final do governo. Os R\$ 500 bilhões restantes - o Novo PAC prevê um total de R\$ 1,8 trilhão - seriam investidos, de acordo com o calendário do programa, no período entre 2027 e 2030.

Programa teve nota 8,15 de um total de 100 atribuída pela Transparência Internacional no início de dezembro

Os empreendimentos do Novo PAC estão distribuídos entre várias modalidades, como obras 100% públicas, concessões, PPPs e obras privadas com financiamento público. Nesse contexto, os 38% referem a valores empenhados e pagos ou à execução de financiamentos já liberados.

Muniz admite, entretanto, que o governo ainda não está preparado para disponibilizar as informações sobre o andamento das principais obras, como aconteceu nas duas primeiras edições do PAC, das quais também participou. O secretário garante, ainda assim, que os empreendimentos estão avançando em bom ritmo.

“O programa está com um andamento muito bom. Estamos no OGU (Orçamento Geral da União) com 99% de empenho nos anos de 2023 e 2024. É importante lembrar que o PAC incluiu várias obras que estavam paralisadas e que também incluiu mais de 13 mil projetos de Estados e municípios”, completou Muniz.

Para os projetos 100% públicos, de fato, a produtividade aumentou em relação às edições passadas. Dos R\$ 46,8 bilhões de dotação orçamentária em 2023 e 2024, R\$ 46,3 bilhões foram empenhados, um aproveitamento de 99%. Quase todos os ministérios estão neste patamar, com exceção das pastas da Saúde (88%) e de Portos e Aeroportos (84%).

A performance é bastante superior às edições passadas do PAC. Em 2014, ano em que a dotação orçamentária passou dos R\$ 130 bilhões (em valores atualizados pelo IPCA), o índice médio de empenho ficou em 85%. Segundo Muniz, a maior capacidade de monitoramento dos projetos - com uso de tecnologia, por exemplo - vêm permitindo a melhora no empenho.

Transparência

Com relação à transparência, contudo, o cenário piorou. As edições anteriores do PAC foram marcadas por longas cerimônias de prestações de contas, onde cada Estado tinha seus projetos esmiuçados. Muniz argumenta que as mesmas informações que haviam no passado estão hoje na internet, mas o status das principais obras do PAC, por exemplo, não está disponível e ninguém diz ao certo quando estará.

A pedido do Valor, a equipe do Novo PAC disponibilizou um levantamento atualizado de alguns empreendimentos específicos, mas sem um detalhamento estruturado dos projetos. Também informou que o programa concluiu 32% das 2.689 obras paradas que foram assumidas de administrações anteriores.



No início de dezembro, a Transparência Internacional divulgou um estudo atestando que as informações disponibilizadas pelo governo federal sobre o Novo PAC revelam que o programa não alcança padrões mínimos de transparência. A organização atribuiu a nota 8,15 de um total de 100 pontos possíveis.

De acordo com a organização, o programa teve nota zero em itens como disponibilização de informações sobre as fases de planejamento, preliminar e riscos socioambientais, e a fase interna da licitação, entre outros. A maior nota (50) foi dada ao cumprimento de diretrizes para publicação das informações.

“Considerando a dimensão dos recursos investidos, o escopo ambicioso do programa e o histórico de casos de corrupção, o Novo PAC tem um importante desafio de garantir que a divulgação de informações relevantes para o efetivo controle social e institucional ocorra, bem como que a população tenha oportunidade de discutir e monitorar esses investimentos”, diz o estudo.

Muniz disse ter tomado ciência do posicionamento da Transparência Internacional e que buscaria um diálogo com a organização para entender melhor os critérios adotados no relatório.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/12/2024

CENTRALIZAÇÃO TAMBÉM É ALVO DE CRÍTICAS

Consultor diz que comitê gestor do programa não é capaz de mobilizar esforços de acompanhamento eficiente dos projetos

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

Além dos questionamentos sobre a transparência, o Novo PAC tem no excesso de centralização outro alvo de críticas. Diferentemente do que aconteceu nas versões anteriores, o programa ficou sob o guarda-chuva da Casa Civil, liderada pelo ministro Rui Costa, homem forte do Palácio do Planalto. O planejamento de longo prazo é visto como uma característica positiva do pacote de obras.

Claudio Frischtak, especialista em infraestrutura e sócio da Inter.B Consultoria, tem feito alertas desde o lançamento oficial do programa, sobre o risco da centralização excessiva ou da falta de mecanismos de priorização de ações a partir de critérios objetivos para atender às demandas mais urgentes do país.

Para ele, o comitê gestor do programa não é capaz de mobilizar esforços de acompanhamento eficiente dos projetos distribuídos por nove eixos e 43 subeixos, o que ele vê como fator de maior complexidade para o monitoramento.

As críticas passam ainda pelo risco do programa repetir erros das duas versões anteriores, quando houve frustração com projetos ambiciosos que não saíram do papel - como a Ferrovia Transnordestina -, estouro no orçamento das obras e abertura de inquéritos policiais para investigar casos de corrupção - como a usina nuclear Angra 3.

Frischtak colaborou com o estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), lançado em março, no qual compara o Novo PAC com as versões anteriores. A análise mostra que o PAC 1 (2007-2010) foi gerenciado pela Casa Civil. O PAC 2 (2011-2014) teve a coordenação do Ministério do Planejamento e Orçamento. Na ocasião, a CBIC propôs que a pasta voltasse a assumir a coordenação dos projetos.

“O PAC 1 foi um programa muito frágil. Mesmo o PAC 2, que teve uma melhora com maior envolvimento do setor privado e descentralização com a entrada do Ministério do Planejamento no núcleo de gestão, o resultado foi que teve milhares de obras paralisadas, muitas herdadas do PAC 1, que não foram entregues”, afirmou Frischtak.

Mais otimista, o especialista em infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Ramon Cunha avalia que o programa está na direção certa ao definir estratégias e investimentos para o país no longo prazo.

“Para a gente, é muito importante ter um programa para resolver, entre outras questões, o déficit que nós temos em infraestrutura. Agora, essa iniciativa é perfeita? Certamente, não é, mas, por isso, ela envolve desafios, e cabe aperfeiçoamentos”, afirmou o técnico da CNI.

No mesmo sentido, o advogado e também especialista em concessões e parcerias público-privado (PPPs), Maurício Portugal Ribeiro, disse que o Brasil vive uma situação única de executar tamanho volume de leilões de infraestrutura ao mesmo tempo, somando cifras bilionárias em investimentos programados nos setores de rodovias, portos, saneamento, entre outros.

Ribeiro, que é sócio do escritório Portugal Ribeiro Advogados, chama atenção para a quantidade de frentes de estruturação de projetos, área onde o Brasil sempre foi muito carente de produção. Essa realidade mudou com os trabalhos simultâneos desenvolvidos por instituições como BNDES, Banco Mundial, BID, Caixa, entre outros órgãos de governo que estão dedicados a preparar estudos de viabilidade, projetos básico e executivo e editais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/12/2024

LIRA DIZ QUE DECISÕES SOBRE EMENDAS RESPEITARAM ACORDOS ENTRE OS TRÊS PODERES

Em pronunciamento, alagoano lembrou de uma reunião que contou com a presença de representantes dos Três Poderes, quando o compromisso foi acordado

Por Marcelo Ribeiro e Renan Truffi, Valor — Brasília



Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Horas após participar de uma reunião de emergência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira que todas as atos do Legislativo em relação às emendas parlamentares respeitaram os acordos feitos com o Executivo e as conversas com integrantes do Poder Judiciário. O alagoano lembrou de uma reunião que contou com a presença de representantes dos Três Poderes, quando o compromisso foi acordado.

Ele disse ainda que a Casa peticionará o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na manhã desta sexta-feira esclarecendo os pontos trazidos pelo magistrado em sua última decisão, na segunda-feira, quando suspendeu o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão.

"Esperamos que no fim do recesso natalino os ministros que estão retornando possam esclarecer os procedimentos, como foram feitos e tratados, fruto daquela reunião numa segunda-feira com o presidente Lula, quando ele teve o procedimento médico a fazer, com a presença do presidente do Senado, ministros, e foi acertado todo procedimento para liberação orçamentária de 2024", disse Lira.

"Petionaremos ainda na manhã de amanhã ao ministro relator esclarecendo todos os pontos da decisão dele para que tire todas as dúvidas com relação a todos os assuntos por todos levantados", completou.

O parlamentar alagoano destacou que os pagamentos das emendas respeitavam as determinações do STF e uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula para disciplinar as emendas.

Mais cedo, Lira convocou uma reunião de emergência com líderes partidários, mas acabou adiando o encontro que ocorreria de forma híbrida - alguns estariam presencialmente e outros participariam de forma remota - para conversar com Lula no Palácio da Alvorada.

Ambas as conversas foram motivadas pela decisão de Dino de suspender os pagamentos de emendas de comissão por avaliar que elas não obedeciam os critérios de transparência determinados pela lei.

O deputado do PP destacou a jornalistas que o procedimento do encaminhamento da relação do apadrinhamento dos líderes da Câmara e do Senado obedeceram a um critério rigoroso de análise da Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ), da Casa Civil e dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Advocacia Geral da União (AGU).

Lira aproveitou para reclamar das críticas que recebeu por suspender os trabalhos das comissões nos últimos dias do ano legislativo - que foi lido por alguns opositores dele como uma forma de evitar que as comissões exigissem poder definir o destino das emendas de comissão. "Queria esclarecer algumas ilações que foram feitas com relação à suspensão das comissões.

Queria lembrá-los que todas as votações importantes que tivemos na Câmara dos Deputados, como a PEC da reforma tributária, sempre houve decisão da presidência para suspender comissões e audiências públicas para que plenário se concentrasse em temas principais. O que era mais importante nessa última semana: tratar de emendas parlamentares ou das matérias que davam segurança jurídica para que cortes de gastos fossem aprovados?", afirmou.

O parlamentar concluiu o pronunciamento reforçando ter a tranquilidade de que todos os atos foram feitos dentro dos acordos entre Executivo e Legislativo e nas conversas com o Poder Judiciário, obedecendo os trâmites legais internos.

"Tudo o que foi entregue à Secretaria de Relações Institucionais foi submetido à SAJ e mais quatro ou cinco ministérios", encerrou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/12/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PROJETO HUB SUAPE PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA É SELECIONADO PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Da Redação Portos e logística 27/12/2024 - 16:44



O Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou o resultado da seleção de programas de hubs de hidrogênio de baixa emissão de carbono, voltados à descarbonização da indústria brasileira. Das 70 propostas recebidas, 12 foram selecionadas, entre elas o projeto Hub Suape para Transição Energética. A chamada pública avaliou proposições de hubs em escala comercial, que produzam e utilizem hidrogênio de baixa emissão de carbono, com desenvolvimento tecnológico e da infraestrutura de produção nacional, de forma integrada e sustentável. Os selecionados serão incluídos na submissão do

governo federal para o estágio 1 de concorrência aos recursos do Climate Investment Funds - Industry Decarbonization (CIF).

O Hub Suape TE tem a proposta de transformar o porto pernambucano em um polo estratégico de produção, armazenamento e distribuição de hidrogênio e seus derivados, como o e-metanol. A iniciativa inclui o pleito de suporte financeiro para a implementação do Cais 7, o primeiro do Brasil a ser dedicado à distribuição de combustíveis sustentáveis. Na primeira fase, abrange a produção de hidrogênio verde, com capacidade anual estimada em 76 mil toneladas, e produção e distribuição de e-metanol, estimada em 400 mil toneladas anuais.

Esses combustíveis serão usados no mercado interno, atendendo à demanda de indústrias locais e embarcações; e no mercado externo, com 40% da produção destinada à exportação. Futuramente, o hub prevê a produção e distribuição de SAF (Sustainable Aviation Fuel), para atender ao setor aéreo, em alinhamento com as metas previstas na Lei do Combustível do Futuro (Lei Nº 14.993, de 8 de outubro de 2024).

Um dos diferenciais do projeto de Suape é a integração com a indústria sucroenergética local, permitindo o uso do CO2 biogênico, que será capturado para a síntese de e-metanol. Esse método atende às melhores práticas de sustentabilidade e agrega valor à cadeia de combustíveis e ao setor sucroenergético de Pernambuco.

“O Hub Suape promoverá a transição justa ao fomentar o desenvolvimento econômico regional e criar empregos verdes. A parceria com instituições proporcionará programas de qualificação, que vão capacitar trabalhadores locais para operar e desenvolver tecnologias de hidrogênio e energias renováveis. Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco e aumenta a resiliência da força de trabalho local”, explica o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

O Hub Suape de Transição Energética conta com apoio da cadeia industrial relacionada à produção, armazenamento e distribuição de hidrogênio de baixo carbono e combustíveis sustentáveis. A proposta submetida ao MME foi endossada por parceiros estratégicos como Cink Group Ltda, Eletrobras-Chesf, Federação das Indústrias no Estado de Pernambuco (Fiepe), Cucaú Açúcar e Etanol S/A, EE Metanol do Brasil Ltda, Goverde Hidrogênio Verde Holding I Ltda, Instituto Avançado de Tecnologia e Inovação (IATI), Solatio, White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda, APM Terminals, Arhyze, PRF S/A; Sindaçúcar-PE e Ultracargo Logística S/A, entre outras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/12/2024

EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA E PERU CRESCEM NA TCP

Da Redação Portos e logística 26/12/2024 - 22:09



As exportações de carne suína e de peru cresceram significativamente no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) em 2024. Entre janeiro e novembro, os embarques de carne suína subiram 23% em relação a 2023, totalizando 193 mil toneladas transportadas em 14.034 TEUs. A carne de peru também registrou alta expressiva, com aumento de 63% no período, atingindo 4,6 mil toneladas exportadas em 348 TEUs.

Segundo Giovanni Guidolim, gerente da TCP, a inflação nos preços da carne bovina impulsionou a demanda por carne suína, tanto no Brasil quanto no mercado internacional, favorecendo o Paraná pela logística eficiente e novos investimentos produtivos, como a maior planta de processamento de suínos da América Latina. O estado também registrou 53 mil toneladas exportadas de carne suína no terceiro trimestre, o melhor resultado da série histórica, enquanto o desempenho do TCP nesse período alcançou 64,5 mil toneladas, impulsionado por embarques do Paraná, que representaram mais de 50% do volume, seguidos por Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024

CHINA LANÇA NAVIO PORTA-CONTÊINERES MOVIDO A HIDROGÊNIO

Da Redação Portos e logística 26/12/2024 - 22:09



China lançou seu primeiro navio porta-contêineres movido a hidrogênio na cidade de Jiaxing, província de Zhejiang. Com 64,5 metros de comprimento, o navio tem capacidade para transportar 64 contêineres padrão e é equipado com dois sistemas de célula de combustível de hidrogênio de 240 kW, oferecendo um alcance operacional de 380 quilômetros.

O sistema de armazenamento comporta até 550 kg de hidrogênio e integra tecnologia avançada que combina armazenamento, fornecimento de hidrogênio, células de combustível, bateria de lítio, propulsão e controle. Após o lançamento, o navio passará por testes e comissionamento antes de iniciar operações previstas para 2025, conectando os portos de Zhapu, em Jiaxing, e Xiasha, em Hangzhou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024

CONSTELLATION ESTENDE CONTRATO COM PETROBRAS PARA ATLANTIC STAR

Da Redação Offshore 26/12/2024 - 22:09



A Constellation assegurou a extensão do contrato de sua plataforma semissubmersível Atlantic Star com a Petrobras, em um acordo avaliado em até US\$ 61 milhões. A extensão, válida por até 301 dias, mantém as operações iniciadas em 2021, focadas no descomissionamento de poços nos campos de Congro, Malhado e Albacora, na Bacia de Campos, com lâminas d'água entre 270 e 540 metros. Construída em 1976 e atualizada em 2007 e 2011, a Atlantic Star pode operar em profundidades de até 610 metros e perfurar até 6.500 metros.

A plataforma, a única ancorada atualmente em operação no Brasil, continuará executando atividades de abandono de poços (P&A) durante o período de extensão, assegurando 170 empregos diretos ocupados exclusivamente por brasileiros. Rodrigo Ribeiro, CEO da Constellation, destacou o impacto positivo do contrato no backlog da frota e no suporte às operações da Petrobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024

PETROBRAS RESCINDE CONTRATO COM ENAUTA PARA VENDA DOS CAMPOS DE URUGUÁ E TAMBAÚ

Da Redação Offshore 26/12/2024 - 22:09



A Petrobras rescindiu o contrato com a Enauta, da Brava Energia, para a venda de sua participação nos campos de Uruguá e Tambaú, localizados na Bacia de Santos. Firmado em julho de 2024, o acordo previa o pagamento de US\$ 35 milhões à estatal, considerando que a transferência dos ativos para um novo operador poderia prolongar a vida produtiva dos campos, evitando seu descomissionamento.

O encerramento da transação estava condicionado à aquisição pela Enauta do FPSO Cidade de Santos, de propriedade da MODEC, o que não ocorreu. Como previsto no contrato, o depósito pago em dezembro de 2023 será retido pela Petrobras. Os campos, adquiridos pela Rodada Zero da ANP,

estão situados entre 140 e 160 km da costa do Rio de Janeiro, em lâminas d'água de 1.000 a 1.500 metros. Até setembro de 2023, sua produção média foi de 5,4 mil bpd de óleo e 353 mil m³/dia de gás. A Petrobras, que mantém 100% de participação nos campos, avaliará alternativas para a gestão dos ativos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/12/2024

ANP E APEXBRASIL FIRMAM ACORDO PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SETOR ENERGÉTICO

Da Redação Offshore 26/12/2024 - 22:09

A ANP e a ApexBrasil firmaram, em 20 de dezembro, um acordo de cooperação técnica com validade de três anos, prorrogável por igual período. A parceria, que já dura mais de cinco anos, visa ampliar investimentos nos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil. O novo acordo tem como objetivos posicionar o Brasil como destino atrativo para investimentos estrangeiros nos setores de petróleo, gás, biocombustíveis, hidrogênio e projetos de transição energética, além de destacar a ANP como centro de referência internacional no setor.

A colaboração inclui a divulgação estruturada de leilões de exploração e oportunidades de negócios, o atendimento a investidores com informações e agendas específicas e o suporte a projetos de investidores já presentes no país. Para cumprir esses objetivos, as entidades elaboraram um plano de trabalho com ações detalhadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/12/2024

NOVA RESOLUÇÃO IMPULSIONA FMM

Da Redação Indústria naval 26/12/2024 - 22:09



Foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (23) a Resolução CMN nº 5.189, de 19 de dezembro de 2024, que regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). A nova normativa traz avanços significativos para o setor naval, visando promover melhorias regulatórias e fortalecer a indústria. Entre as principais mudanças, destacam-se a retirada do valor mínimo da taxa de juros nas condições de financiamento, o aumento do período de amortização para projetos de reparos e docagens, e a inclusão de novas taxas – a Taxa Fixa e a Taxa Fixa PMPE, conforme a Lei nº 14.937/2024.

Além disso, a resolução também amplia o escopo de financiamentos, com a inclusão de Plataformas, Módulos de Plataformas e desmantelamento, o que visa simplificar processos e oferecer vantagens competitivas tanto para os estaleiros nacionais quanto para todo o setor naval. A resolução foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e é resultado do trabalho conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que coordenaram um grupo de trabalho formado por representantes de entidades públicas e privadas.

Entre os parceiros envolvidos estão o BNDES, Transpetro, Petrobras, Sinaval, Abem, ABDI, Tenaris, Abimaq, Abespetro, CONTTMAF/CNM-CUT, Dieese/CNM-CUT e Firjan. Para Fernando Pimentel, coordenador geral de fomento do Ministério de Portos e Aeroportos, "a nova resolução vem coroar um ano excelente para a indústria naval, que demonstra claros sinais de retomada, como provam os mais de R\$ 5 bilhões em contratos assinados no ano. Ao melhorar as condições de acesso ao fundo da marinha mercante e sua atratividade, já temos notícia de alguns projetos que aguardavam a aprovação da resolução para deslançar, o que deve refletir em mais um ano de contratações recorde para o setor".

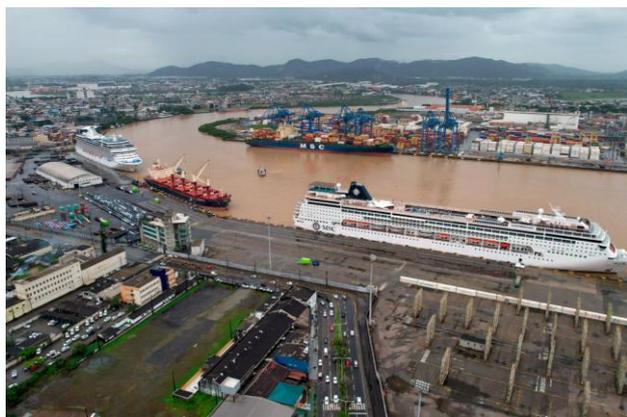
O Fundo pode financiar até 90% do valor dos projetos pleiteados, com as condições de financiamento variando conforme o percentual de conteúdo nacional e o tipo de embarcação, parâmetros definidos na própria resolução. Para mais informações sobre como apresentar pleitos ao Comitê de Desenvolvimento do Fundo da Marinha Mercante (CDFM), acesse o site oficial do Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024

STJ SUSPENDE LIMINAR E PERMITE FEDERALIZAÇÃO DA GESTÃO DO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação Portos e logística 26/12/2024 - 22:09



O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Antônio Herman Benjamin, deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da medida cautelar concedida pela desembargadora Ana Cristina Ferro Blasi, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que impedia o cumprimento da determinação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para a Autoridade Portuária de Santos (APS) assumir a gestão do Porto de Itajaí. A cautelar, solicitada pela Associação Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu, visava prorrogar por 12 meses o Convênio de Delegação 08/97, firmado entre a União e a Prefeitura de Itajaí.

A associação argumentou que a federalização da gestão deveria ser precedida por um plano de transição que garantisse a continuidade das operações e dos investimentos realizados no porto, tese acatada em decisão liminar pela desembargadora do TRF-4, mas contestada pela União. O ministro Herman Benjamin, ao suspender a liminar, destacou que a questão de mérito sobre a continuidade da gestão municipal deve ser analisada nas vias processuais adequadas e apontou irregularidades no processo. Ele criticou a ausência de uma ação judicial prévia pela própria Prefeitura de Itajaí e ressaltou a crise administrativa do porto nos últimos dois anos.

O ministro também destacou falhas no procedimento do tribunal regional, que não ouviu a União antes de conceder a liminar e baseou sua decisão em valores jurídicos abstratos, sem considerar as consequências práticas. Entre os possíveis danos citados estão a paralisação de serviços portuários, dificuldades em arrendamentos e interrupções na dragagem do porto, o que, segundo o ministro, poderia causar lesão à ordem e economia públicas.

A decisão permite que a APS prossiga com a gestão do porto, em conformidade com a determinação do MPor, enquanto o mérito do caso não for julgado. A União, por sua vez, destacou os problemas enfrentados durante a gestão municipal, incluindo falta de infraestrutura para movimentação de graneis e crises com arrendatários, que impactaram negativamente a eficiência do porto. O presidente da APS, Anderson Pomini, reafirmou o compromisso de colaborar com a gestão do Porto de Itajaí, enfatizando a visão do MPor de integrar os portos como um complexo estratégico para o desenvolvimento nacional.

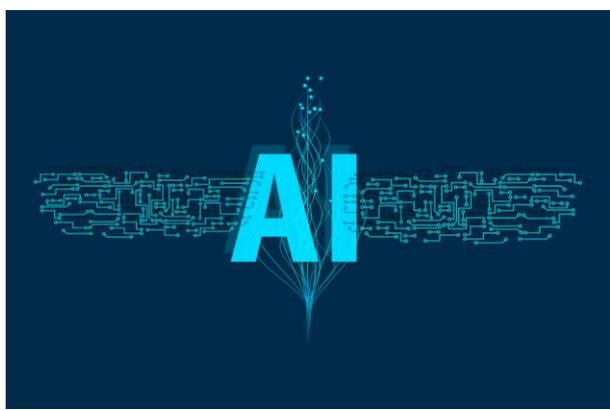
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024

ARTIGO - LICITAÇÕES PETROBRAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Por Julia Borges da Mota Opinião 26/12/2024 - 16:00

A Petrobras tem realizado uma série de licitações significativas, especialmente para a construção e afretamento de embarcações de apoio, com um forte





foco em plataformas e navios de apoio logístico. Como parte desses esforços para expandir e modernizar sua frota offshore, só neste ano foram licitados o afretamento de 12 PSVs (Platform Supply Vessels), 10 OSRVs (Oil Spill Response Vessels), oito RSVs (Remotely Operated Vehicle Support Vessels) e, recentemente, duas embarcações autoeleváveis e autopropelidas (Liftboats).

A Petrobras segue um regulamento específico para contratar fornecedores, em conformidade com a Lei 13.303/2016, que define as normas para empresas estatais no Brasil. As licitações são geralmente realizadas por meio eletrônico, na modalidade pregão ou não, dependendo do valor do contrato e da complexidade do fornecimento. No pregão, os fornecedores apresentam propostas iniciais, seguidas por lances públicos e sucessivos, o que facilita uma maior competitividade.

Para a contratação de alguns bens ou serviços mais complexos, a Petrobras abre um processo de pré-qualificação de fornecedores, promovendo em seguida licitações restritas aos licitantes pré-qualificados.

As empresas interessadas em fornecer para a Petrobras devem cadastrar-se no sistema Petronect, para facilitar a comprovação da qualificação jurídica durante o processo de licitação. É importante observar que uma das exigências mais relevantes do cadastro é a apresentação de um programa anticorrupção, denominado "Programa de Integridade". Sem a aprovação desse programa, o fornecedor fica impedido de contratar com a Petrobras.

O processo de licitação inclui várias etapas importantes, incluindo a publicação do Edital com as especificações técnicas, critérios de julgamento, modalidade da licitação e as orientações para envio das propostas; a apresentação de propostas, quando as empresas interessadas apresentam suas propostas de acordo com as exigências do edital (em geral, as licitações utilizam o critério de menor preço); a habilitação e verificação de documentos técnicos, quando são analisados documentos legais, técnicos e econômico-financeiros dos licitantes (em geral, a documentação técnica é analisada nesse momento, a não ser que haja inversão de fases, permitida por lei, quando a análise técnica é feita juntamente com a proposta comercial); a fase recursal, que ocorre após a fase de habilitação, momento em que os licitantes podem apresentar recursos quanto à decisão de qualificação, que são acatados ou não pela Petrobras e, finalmente, a homologação e a contratação.

Excepcionalmente, a Petrobras também pode promover processos de contratação através da modalidade SEP, que são denominados "Processos Competitivos". Essa modalidade segue o mesmo procedimento que uma licitação, com a possibilidade de interlocução apenas por meio da Sala de Colaboração, mas não inclui fase recursal. Em caso de contratações cujo objeto é complexo, a Petrobras geralmente faz uma apresentação online do projeto aos licitantes interessados, durante a qual estes podem solicitar esclarecimentos sobre o edital à comissão e aos responsáveis técnicos.

Mais recentemente, a Petrobras também passou a promover contratações diretas (sem licitação), através de um processo denominado de "Credenciamento", através do qual as condições previstas para a contratação, tais como preços e condições técnicas são apresentadas no edital, e a quantidade de itens e serviço apresentada na planilha de preços unitários estimados é distribuída dentre as empresas interessadas que se credenciarem.

Todos os processos, tanto as licitações, quanto os SEPs e o Credenciamento, são geralmente encaminhados de forma eletrônica, através do portal Petronect, permitindo contato com os responsáveis pela contratação somente de forma escrita, através da Sala de Colaboração, que é um chat entre os fornecedores e a comissão de licitação (público em caso de licitação e privativo aos participantes em caso de SEP). A comissão responde às empresas através de Circulares, que por sua vez passam a fazer parte da versão final do contrato, já que contêm importantes esclarecimentos quanto aos aspectos técnicos e legais do edital e das minutas contratuais.

Algumas licitações têm como objeto a contratação de bens e serviços de extrema complexidade, e os licitantes se deparam com um enorme problema: como processar e analisar centenas e, às vezes, milhares de páginas de um edital? Em geral, as empresas alocam as diferentes partes do edital às

suas equipes especializadas, mas é crucial que seja feita uma análise mais ampla de todo o conjunto de dados e informações, para identificar eventuais erros, inconsistências e incongruências.

Diante de um grande volume de informações, muitas vezes é humanamente impossível analisar o conjunto de documentos, adicionando-se um fator de complicação que são as Circulares de perguntas e respostas, que frequentemente modificam os documentos originais, os quais passam a ter diversas versões, tornando o controle das informações ainda mais difícil e trabalhoso.

Outro fator de complexidade é o fato da Petrobras fazer licitações internacionais publicando documentos somente em português. Isso torna ainda mais desafiadora a gestão da informação, pois é necessária a tradução dos documentos do edital, acrescentando-se assim riscos relacionados a possíveis erros de tradução.

Ao analisar o edital para licitações desse porte, os fornecedores e investidores hoje contam com ferramentas extremamente úteis de Inteligência Artificial (IA). As plataformas podem analisar aspectos relacionados à habilitação, incluindo aspectos econômico-financeiros, legais, técnicos, contratuais e de risco. Algumas opções são o Kira Systems, que identifica e extrai cláusulas específicas e informações financeiras de documentos legais, ajudando na análise de conformidade e riscos financeiros; o Rossum, que também automatiza a extração de dados de documentos, facilitando a verificação de requisitos técnicos e a análise de documentos de habilitação; o AppZen, que utiliza IA para revisar e auditar documentos, garantindo que os licitantes atendam aos critérios técnicos estabelecidos no edital e o IBM Watson Discovery Exari, que possibilita a análise e o gerenciamento de grandes volumes de documentos de forma eficiente.

Algumas ferramentas, já muito utilizadas por escritórios de advocacia, atuam na análise específica de contratos, identificando, avaliando riscos e fornecendo insights sobre a conformidade, como o Seal Software que ajuda a identificar cláusulas específicas e a avaliar riscos contratuais; o LawGeex que automatiza a revisão de contratos, comparando-os com políticas legais predefinidas para garantir conformidade e identificar possíveis problemas e o Evisort que utiliza IA para gerenciar e analisar contratos, oferecendo insights sobre riscos e oportunidades, além de facilitar a automação de processos contratuais.

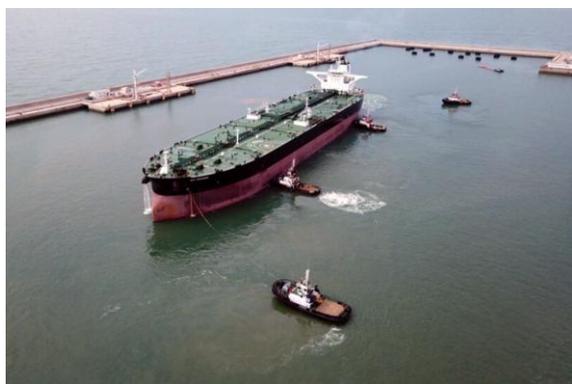
Enfim, são diversas as ferramentas hoje disponíveis, e a cada dia surgem novas ferramentas e novas habilidades de gestão inteligente de dados, tornando o seu uso obrigatório para aumentar a eficiência e a agilidade na participação das empresas em licitações.

Essas plataformas e ferramentas podem ser integradas para fornecer uma análise abrangente de licitações, garantindo que todos os aspectos importantes sejam considerados e avaliados de forma eficiente e precisa. Elas podem ser muito úteis para garantir que todos os aspectos de um edital de licitação sejam cuidadosamente analisados, minimizando riscos e otimizando os processos de tomada de decisão.

Julia Borges da Mota é sócia do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados. Graduada em Direito Internacional pela Universidade de Aix-Marseille III – França. Pós-graduada em Direito Aeronáutico e em Economia e Gestão do Transporte Aéreo pelo Instituto do Transporte Aéreo da Universidade de Aix-Marseille III – França.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/12/2024



ARTIGO - 10 ANOS NO FUTURO, GARGALOS PARA IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS HOJE

Por Yan Ulrich e outros Opinião 24/12/2024 - 09:31

Saltam aos olhos os expressivos volumes de gasolina, nafta e, principalmente, de óleo diesel importados pelo Brasil. Este último apresenta uma média superior a 1

milhão de m³ mensais desde 2017. Tal cenário reflete diretamente os limitados investimentos na capacidade de refino nacional, levando o país à dependência de importações de derivados de petróleo para suprir sua demanda.

Segundo estudos da EPE, em 2032, o Brasil precisará internalizar 52 mil m³ de óleo diesel por dia. Isso significa que um navio com capacidade semelhante ao Medium Range (MR) deverá ser descarregado diariamente em algum porto brasileiro. Diante desse cenário de aumento das operações portuárias e da importação de derivados de petróleo, surge a questão: quais portos brasileiros estão atualmente aptos a receber navios de maior capacidade?

Este artigo analisa as infraestruturas portuárias atuais, avaliando as capacidades dos portos brasileiros quanto ao recebimento das diferentes classes de navios. Além disso, examina seus impactos no abastecimento nacional e sugere potenciais investimentos para desobstruir os gargalos portuários e logísticos.

Yan Ulrich é analista de Inteligência de Mercado da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom); mestrando em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ; MBA em Gestão e Engenharia de Energias Renováveis (Estácio de Sá, 2022), extensão em Direito Regulatório e das Agências Reguladoras pela FGV e formado em Engenharia Química pela UERJ.

Sérgio Araújo é presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Engenheiro Químico (UFRRJ, 1976), mestre em Logística (PUC-Rio, 2006), MBA (IAE Business School, 2006).

Dalton Douglas é analista de inteligência de Mercado da North Star Shipping Services; especializado no mercado de graneis líquidos; formando em Comércio Exterior pela Universidade Santa Cecília.

Ronaldo Nunes é coordenador comercial da North Star Shipping; graduado em Engenharia da Computação e Matemática pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA), pós-graduado em Tecnologia e Sistemas de Informação pela mesma instituição; especialista em Gestão de Marketing Digital pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC).

Yan Ulrich, Sérgio Araújo, Dalton Douglas e Ronaldo Nunes

Acesso à versão integral do artigo em PDF - clique aqui

<https://cdn-pen.nuneshost.com/-docindexerpdf/Artigo-10-Anos-no-Futuro-os-Gargalos-para-Importacao-de-Combustiveis-Liquidos-nos-Dias-de-Hoje.pdf>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/12/2024

ARTIGO - 2025: ANO DA INFRAESTRUTURA?

Por Adilson Luiz Gonçalves Opinião 24/12/2024 - 09:03



Não é de hoje que especialistas em logística, exportadores e empresários em geral afirmam que um dos principais problemas do Brasil é a falta de investimentos em infraestrutura.

O sistema portuário é apenas um elo da cadeia logística, mas de nada vale estar preparado para quebrar recordes e se expandir, se os acessos não estiverem aptos a suportar, com folga, as demandas.

A falta de iniciativas efetivas para mudar esse cenário tem prejudicado o desenvolvimento do país.



Algumas das variáveis influentes têm sido objeto de atualizações e aprimoramentos. No entanto, o resultado não tem surtido os efeitos desejados, pois é preciso analisar todos os componentes dessa complexa equação, atribuindo-lhes o peso adequado.

Afinal, os Três Poderes querem ou não que o Brasil prospere, mitigando e até suprimindo nossa dependência externa, o assistencialismo e o populismo?

O ideal é que a cultura do desenvolvimento sustentado seja inculcada desde a formação escolar, mediante docentes bem remunerados e tecnicamente bem qualificados, currículos adequados, isentos de tendenciosidade ideológica, e escolas bem equipadas. Porém, não podemos esperar por uma nova geração assim formada para resolver problemas imediatos, urgentes, muitos dos quais dependem de bom senso, boa vontade, inteligência e visão de Estado.

Infraestrutura e industrialização estão entre eles, com um sistemático e renitente atraso.

Infelizmente, a legislação brasileira é pródiga em criar empecilhos ao desenvolvimento sustentado do Brasil. Para cada incentivo ou plano criado, uma legião contrária se levanta, arguindo leis que exigem contrapartidas draconianas, descaracterização de projetos, ou mesmo sua inviabilização.

Quando não é o arcabouço legal, são ingerências de países desenvolvidos e corporações internacionais, ora de forma direta, ora financiando grupos radicais internos.

Apesar de ter um dos menores índices de áreas de plantio, e uma matriz energética bem menos poluente em relação a países que nos cobram compromissos ambientais, o Brasil sofre pressões que vão do protecionismo escancarado ao “canto de sereia” das indulgências pelos “pecados” ambientais que cometeram no passado, e ainda cometem: subdesenvolvimento financiado.

Há preocupações genuínas, mas também há muito oportunismo, vaidades e ingenuidades, carecendo da necessária visão holística. Nesse caso, só existe empatia com quem compartilha os mesmos entendimentos, ou faz disso um meio de vida.

Quantos milhões de empregos deixam de ser criados? Quantos tributos deixam de ser arrecadados, os quais permitiriam solucionar demandas sociais e ambientais crônicas do país?

Em meio a esse quadro de impedâncias, há quem lucre e assuma relevância que pouco agrega à solução dos problemas. Problemas são sua matéria-prima. Soluções? Nem tanto.

A Reforma Tributária acena com condições um pouco melhores. Governos anunciam linhas de financiamento para investimentos em infraestrutura em vários setores. A reindustrialização é primorizada. Planos estão sendo revisados. Preocupações com ESG e pactos globais estão em pauta.

Tudo isso é importante, mas não gerará o desenvolvimento sustentado almejado enquanto as legislações ambiental e de licitações permanecerem como estão. É preciso priorizar a realização das obras de infraestrutura de que o Brasil tanto precisa, agilizando licenciamentos de parques energéticos, logísticos e industriais, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, aeroportos e portos. Caso contrário, esse processo continuará a ser um calvário, sujeito a judicializações e decisões parcialmente consequentes.

O desenvolvimento sustentado é um sistema em que cada elemento deve funcionar de forma integrada, caso contrário, nunca será desenvolvimento, nem, muito menos, sustentado. É prática e não narrativa!

Que essa consciência e ação permita que 2025 seja o ano da infraestrutura, ao menos o primeiro, gerando empregos, encurtando distâncias, melhorando nossa matriz energética, produzindo e exportando cargas de maior valor agregado, desenvolvendo tecnologias e pesquisas científicas de

uso prático, mitigando e compensando impactos negativos, ao mesmo tempo em que multiplica e socializa efeitos positivos.
Amém!

Adilson Luiz Gonçalves é escritor, engenheiro, pesquisador universitário e membro da Academia Santista de Letras
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/12/2024

NOVO TERMINAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM CONSULTA PÚBLICA

Da Redação Portos e logística 24/12/2024 - 08:12



Está aberta consulta pública para a implantação de um novo terminal no Porto de São Sebastião, com investimentos estimados em R\$ 660 milhões. O arrendamento do terminal SSB01 prevê a realização de obras em uma área operacional de 262 mil m², em terra, e a construção de um novo píer com dois berços de atracação de navios. As obras vão quadruplicar a capacidade de carga movimentada pelo porto. O investimento será feito pelo parceiro privado que vencer a licitação. O contrato terá prazo de 35 anos.

Neste modelo, o poder público cede as áreas para que o investidor privado instale a infraestrutura necessária para a operação dos novos espaços portuários. No caso de São Sebastião, haverá uma nova infraestrutura de atracação de navios, com, pelo menos, dois berços, um sistema de recepção e expedição rodoviária para os caminhões de

Com isso, o Porto de São Sebastião passará a ter uma capacidade de movimentação de pelo menos 4,3 milhões de toneladas anuais. “O novo terminal vai ampliar a capacidade do Porto, incrementando a economia da região e do estado de São Paulo, gerando empregos e renda”, destaca Sampaio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/12/2024

SEAGEMS CONCLUI RECOLHIMENTO DE DUTO FLEXÍVEL PARA A PETROBRAS

Da Redação Offshore 24/12/2024 - 08:44



A Seagems, empresa brasileira especializada em soluções de engenharia submarina, concluiu o recolhimento de um duto flexível utilizado na cadeia de petróleo no Campo de Búzios, na Bacia de Santos. A operação, realizada de forma preventiva e a pedido da Petrobras, teve o objetivo de evitar eventuais impactos às unidades operadoras e ao ecossistema marinho, uma vez que as linhas nessa situação apresentam uma fragilização estrutural por influência de dióxido de carbono (CO₂) em sua estrutura.

Anteriormente o duto estava abandonado em solo marinho após ser desmobilizado contingencialmente em uma operação de pull-out e abandono. A Seagems foi escolhida para recolher e desmobilizar três linhas nessa abrangência.

A mais desafiadora delas foi a primeira, que tinha flutuadores acoplados. O nível elevado de CO₂ fez com que o duto tivesse um limite de carga muito inferior ao que foi planejado em projeto, o que impossibilitou um recolhimento de maneira tradicional por risco de rompimento, mesmo com a compensação de peso feita com os flutuadores instalados. O peso da linha foi dividido e monitorado de acordo com os limites projetados já considerando as limitações das linhas.

A Seagems destaca a ampliação de seus serviços com a Petrobras, que identificou a atual necessidade devido à ocorrência do processo de corrosão conhecido como SCC-CO2 (Stress Corrosion Cracking por Gás Carbônico), que reduz a durabilidade do material (que vai de 20 a 25 anos) para somente cinco anos. “A Seagems, com seus PLSVs "Diamante" e "Topázio", fizeram o primeiro recolhimento de linha na abrangência SCC-CO2, em catenária dupla, aspecto desafiador que coloca em risco a integridade das linhas. Em 2025 temos a expectativa de recolhimento de 66 linhas nessa abrangência” disse Lucas Watanabe, Vessel Operations Manager (VOM) da Seagems.

As outras duas linhas envolvidas na atividade serão recolhidas nos próximos dias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/12/2024

NOVO TERMINAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM CONSULTA PÚBLICA

Da Redação Portos e logística 24/12/2024 - 08:12



Está aberta consulta pública para a implantação de um novo terminal no Porto de São Sebastião, com investimentos estimados em R\$ 660 milhões. O arrendamento do terminal SSB01 prevê a realização de obras em uma área operacional de 262 mil m², em terra, e a construção de um novo píer com dois berços de atracação de navios. As obras vão quadruplicar a capacidade de carga movimentada pelo porto. O investimento será feito pelo parceiro privado que vencer a licitação. O contrato terá prazo de 35 anos.

Neste modelo, o poder público cede as áreas para que o investidor privado instale a infraestrutura necessária para a operação dos novos espaços portuários. No caso de São Sebastião, haverá uma nova infraestrutura de atracação de navios, com, pelo menos, dois berços, um sistema de recepção e expedição rodoviária para os caminhões de carga e estrutura de armazenagem para pelo menos 190 mil toneladas de produtos.

Com isso, o Porto de São Sebastião passará a ter uma capacidade de movimentação de pelo menos 4,3 milhões de toneladas anuais. “O novo terminal vai ampliar a capacidade do Porto, incrementando a economia da região e do estado de São Paulo, gerando empregos e renda”, destaca Sampaio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/12/2024

PATRÍCIA BARAN ASSUME TEMPORARIAMENTE A DIRETORIA-GERAL DA ANP

Da Redação

Foi publicada hoje (23), no Diário Oficial da União, a portaria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) convocando Patrícia Baran, atual superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência, para assumir interinamente a Diretoria-Geral. A decisão ocorre após o término do mandato de Rodolfo Saboia, que ocupava o cargo até 22/12. Patrícia Baran exercerá a função até que o Senado Federal aprove o nome do novo Diretor-Geral.

De acordo com a Lei 9.986/2000, alterada pela Lei Geral das Agências (Lei nº 13.848/2019), vagas nas diretorias de agências reguladoras federais devem ser preenchidas temporariamente por servidores, escolhidos entre uma lista tríplice indicada por decreto presidencial, com mandato provisório de até 180 dias. Em 17/12, o Presidente da República encaminhou ao Senado as indicações de Artur Watt Neto para o cargo de Diretor-Geral da ANP e de Pietro Adamo Sampaio Mendes para a Diretoria 4. A Diretoria 4, ocupada por substitutos desde o término do mandato de Cláudio Jorge de Souza em 22/12/2023, está atualmente sob responsabilidade de Bruno Caselli, superintendente de Participações Governamentais da ANP.



As indicações presidenciais precisam ser aprovadas pelo Senado após sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura e votação no plenário para que os indicados possam assumir os cargos com mandatos fixos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/12/2024

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO MOVIMENTA 1,4 MILHÃO DE TON ATÉ NOVEMBRO

Da Redação Portos e logística 24/12/2024 - 08:11



O Porto de São Sebastião registrou um novo recorde. Dados levantados pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), empresa pública vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), mostram que foram movimentadas mais de 1,4 milhão de toneladas de janeiro ao mês de novembro de 2024, superando o recorde histórico do ano de 2023, que registrou, de janeiro a dezembro, um milhão de toneladas.

No primeiro semestre deste ano, a companhia já havia registrado 760 mil toneladas movimentadas, 57% mais que no mesmo período do ano anterior, apontando para a quebra antecipada do recorde.

Entre as principais cargas transportadas estão açúcar, barrilha (matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens) e o coque de petróleo, que seguem principalmente para países europeus. Neste ano, São Sebastião também voltou a ser ponto de embarque de café para exportação, depois de 60 anos sem movimentação dessa carga - tão simbólica para o estado de São Paulo e o Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/12/2024



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/12/2024